



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Karina Elisa da Rocha Miz

**De Colégio Comercial Irmão Pedro à Escola Estadual de 2º grau Irmão
Pedro: história de uma instituição de educação profissional no RS
(décadas de 1960 a 1980).**

Porto Alegre

2026

Karina Elisa da Rocha Miz

**De Colégio Comercial Irmão Pedro à Escola Estadual de 2º grau Irmão
Pedro: história de uma instituição de educação profissional no RS
(décadas de 1960 a 1980).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Augusta Martiarena

Porto Alegre

2026

M685c Miz, Karina Elisa da Rocha

De Colégio Comercial Irmão Pedro à Escola Estadual de 2º grau Irmão Pedro: história de uma instituição de educação profissional no RS (décadas de 1960 a 1980). / Karina Elisa da Rocha Miz– Porto Alegre, 2026.

103 f. : il., color.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Augusta Martiarena

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, Porto Alegre, 2025.

Educação Profissional e Tecnológica. 2. História. 3. Memória.
4. Instituição Educacional. I. Martiarena, Maria Augusta. II. Título.

CDU: 37:004

Elaborada por Filipe Xerxeneski da Silveira – CRB10/1497

Karina Elisa da Rocha Miz

**De Colégio Comercial Irmão Pedro à Escola Estadual de 2º grau Irmão
Pedro: história de uma instituição de educação profissional no RS
(décadas de 1960 a 1980).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 23 de fevereiro de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Augusta Martiarena
Instituto IFRS
Orientador

Prof. Dra. Maria Cristina França
Instituto IFRS

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral
Universidade Federal de Pelotas

Karina Elisa da Rocha Miz

**De Colégio Comercial Irmão Pedro à Escola Estadual de 2º grau Irmão
Pedro: história de uma instituição de educação profissional no RS
(décadas de 1960 a 1980).**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 23 de fevereiro de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra Maria Augusta Martiarena
Instituto IFRS
Orientador

Profa. Dra. Maria Cristina França
Instituto IFRS

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral
Universidade Federal de Pelotas

Aos meus filhos, Lucas, Sophie e Bella. Ao meu marido
Lucas Freitas. Meus motivos para nunca desistir e acreditar no impossível.

In memoriam a minha mãe, minha avó e meu avô.
Aqueles que me ensinaram a ser forte para atravessar a vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser meu alicerce em todos os momentos. Pela fé que me sustentou nos dias difíceis, pela luz no caminho, pela força diante dos desafios e pela serenidade para continuar. Sem essa base espiritual, nada disso teria sido possível.

À minha orientadora, Maria Augusta Martiarena, minha sincera gratidão pelas conversas intermináveis, pela troca constante de ideias, pela empatia e compreensão ao acolher esta graduada em Letras que se apaixonou pela História. Saiba que és uma inspiração, e agradeço profundamente por todo o conhecimento compartilhado ao longo dessa caminhada.

Ao ProfEPT, ao IFRS – Campus Porto Alegre, e aos mestres Clarice Escott, Maria Cristina França e Sergio Viana, pelas aulas envolventes e inspiradoras.

Aos colegas da turma 2024/1, por compartilharem experiências, inquietações e angústias, tornando o percurso mais leve e enriquecedor.

À equipe diretiva da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro, ao diretor Cristian Rasche e à vice-diretora Mara Inês, pelo apoio e pela disponibilização do valioso acervo escolar, essencial para esta pesquisa.

À minha cunhada, Pâmela Freitas, pelo incentivo constante, pela troca de experiências e pelo suporte técnico e emocional - especialmente na organização e formatação desta dissertação.

Aos meus irmãos de alma, Alexandre Corrêa e Virgínia Rocha, por acreditarem na minha capacidade e por todo apoio e encorajamento ao longo desta jornada.

Ao meu marido, Lucas Freitas, meu parceiro de todas as horas, por sua paciência, serenidade e amor incondicional - ao infinito e além.

Aos meus filhos, Lucas, Sophie e Bella que são a força que me impulsiona todos os dias, razão maior do meu empenho e da minha perseverança.

“Eu não tenho paredes.
Só tenho horizontes.”
(Mário Quintana)

RESUMO

Esta dissertação foi realizada no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), está presente na Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e faz parte do Macroprojeto 4: História e memórias no contexto da EPT, o qual se dedica ao estudo da história da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro. O recorte temporal de análise desta instituição foi de 1960 a 1980. Para isso buscamos os autores Ciavatta (2014), Ramos (2014), Saviani (2019), Manfredi (2017), Borges (2017), Pollak (1992), Le Goff (1992), Amaral (2015), Werle (2004, 2007, 2019), Bastos (2012), Magalhães (2004, 2007) e Gatti Júnior (2002, 2015), Nosella e Buffa (2005) e Sanfelice (2010) para fundamentar as categorias utilizadas para alcançar os objetivos traçados. As categorias elencadas foram: memória, história das instituições e a história da educação profissional e tecnológica. O problema de pesquisa é como ocorreu a trajetória histórica da Escola Irmão Pedro no período que compreende sua fundação, em 1962 e os processos ocorridos na formação profissional nas décadas de 1970 e 1980? O método de pesquisa utilizado foi de análise documental. O produto educacional desenvolvido é um site institucional denominado “Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro” revelando histórias e memórias da instituição ao longo das décadas mencionadas.

Palavras-Chave: História da Educação Profissional. Acervo documental. Memórias e História das instituições educacionais.

ABSTRACT

This dissertation was carried out in the Postgraduate Program in Professional and Technological Education in the National Network (ProfEPT), is present in the research line: Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT) and is part of Macroproject 4: History and memories in the context of EPT, which is dedicated to the study of the history of the Irmão Pedro State Technical School. The time frame for analysis of this institution will be from 1960 to 1980. For this, we sought the authors Ciavatta (2014), Ramos (2014), Saviani (2019), Manfredi (2017), Borges (2017), Pollak (1992), Le Goff (1992), Amaral (2015), Werle (2004, 2007, 2019), Bastos (2012), Magalhães (2004, 2007) and Gatti Júnior (2002, 2015), Nosella and Buffa (2005) and Sanfelice (2010) to support the categories used to achieve the objectives set. The categories listed were: memory, history of institutions and the history of professional and technological education. The research question is the historical trajectory of the Irmão Pedro School from its founding in 1962 to the professional development processes of the 1970s and 1980s. The research method used was document analysis. The educational product developed is an institutional website called "Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro," revealing the institution's stories and memories throughout the aforementioned decades.

Keywords: History of Professional Education. Document Archive. Memories and History of Educational Institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Fotografia do patrono da escola Irmão Pedro.....	43
Figura 2 - Primeiro diretor da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro.....	57
Figura 3 - Desfile cívico.....	58
Figura 4 - Antiga fachada da Escola Técnica Irmão Pedro.....	59
Figura 5 - Registro de aula de datilografia.....	60
Figura 6 - Registro da biblioteca da escola.....	61
Figura 7 - Registro de um evento estudantil.....	62
Figura 8 - Jogo de voleibol.....	63
Figura 9 - Grupo de jovens uniformizados.....	64
Figura 10 - Impressões e Mensagens dos Avaliadores do PE.....	74
Figura 11 - Visão geral do produto educacional gerado: <i>site</i>	76
Figura 12 - Página inicial do <i>site</i> “Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro.....	77
Figura 13 - Seção “Documentos” do produto educacional.....	80
Figura 14 - Na seção “Documentos” do produto educacional um boletim escolar.....	80
Figura 15 - Jornais com notícias relacionadas à instituição de ensino.....	81
Figura 16 - Vista fachada da escola.....	81
Figura 17 - Informações sobre o patrono da escola.....	82
Figura 18 - Cursos oferecidos pela escola.....	82
Figura 19 - Linha do tempo da escola.....	83
Figura 20 - Organização de imagens da década de 1960.....	83
Figura 21 - Organização de imagens da década de 1970.....	84
Figura 22 - Organização de imagens da década de 1980.....	84
Figura 23 - Informações sobre autoria do produto educacional.....	85

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aceite de participação da pesquisa no formulário do PE.....	68
Gráfico 2 - Segunda pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	69
Gráfico 3 - Terceira pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	69
Gráfico 4 - Quarta pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	70
Gráfico 5 - Quinta pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	70
Gráfico 6 - Sexta pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	71
Gráfico 7 - Sétima pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	71
Gráfico 8 - Oitava pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	72
Gráfico 9 - Nona pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	72
Gráfico 10 - Décima pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	73
Gráfico 11 - Décima primeira pergunta do Formulário Avaliativo PE.....	73

QUADROS

Quadro 1 - Categorias e autores utilizados na dissertação.....	18
Quadro 2 - Cursos Técnicos oferecidos pela escola.....	44
Quadro 3 - Informações sobre o acervo documental.....	53
Quadro 4 - Informações sobre as fotografias coletadas.....	54
Quadro 5 - Informações sobre as notícias coletadas.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFE - Conselho Federal de Educação
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IP - Irmão Pedro
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PE - Produto Educacional
PNE - Plano Nacional de Educação
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PROTEC - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1. Trabalho e educação.....	18
2.2. História das Instituições Educacionais.....	22
2.3. A importância da memória em instituições de ensino.....	25
2.4. Contexto histórico da Educação Profissional.....	27
2.5. O Rio Grande do Sul e o contexto de fundação da Escola Técnica Comercial Irmão Pedro.....	40
3. METODOLOGIA	45
3.1 Pesquisa histórica.....	46
3.1.1 Ensino Técnico e Imagens.....	56
3.2 Criação de sites e disponibilização de acervos históricos.....	65
4. ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)	67
4.1. Organização e Avaliação do Produto Educacional.....	67
4.1.1. Análise Das Respostas Dos Avaliadores.....	67
5. PRODUTO EDUCACIONAL	76
5.1. Descrição Técnica Do Produto Educacional.....	77
5.2. Descritivo Do Produto Educacional.....	78
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
7. REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A - FORMULÁRIO GOOGLE FORMS AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	94
ANEXO A – REGISTRO IMÓVEIS 1º ZONA DE PORTO ALEGRE	98
ANEXO B – REGISTRO DE IMÓVEIS - TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO	99
ANEXO C – TERMO DE APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA	100

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação foi realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), está inserida na Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e faz parte do Macroprojeto 4: História e memórias no contexto da EPT. Está sob orientação da Prof^a Maria Augusta Martiarena e propõe-se a estudar o contexto histórico da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro, no período entre 1960 a 1980 e fomentar sua preservação e divulgação por meio de um site institucional.

A atual Escola Técnica Estadual Irmão Pedro, teve sua origem como anexo do Colégio Comercial Protásio Alves, em 13 de novembro de 1959, pelo decreto nº10.767. Iniciou as atividades escolares em 01 de março de 1960 nas salas do Pequeno Operário¹, na rua Dr. Eduardo Chartier, 360 que pertencia aos padres Salesianos e funcionava no período noturno. Após dois anos, em 09 de abril de 1962, a Escola Técnica Comercial Irmão Pedro passou para o endereço atual na Rua Félix da Cunha, 515. No mesmo ano, em 13 de junho de 1962 pelo decreto nº 13.722 foi criada a Escola Técnica Comercial Irmão Pedro. Em 1962, João Bruza Neto², subsecretário do ensino técnico, em homenagem ao seu antigo professor, escolheu o nome de Irmão Pedro para patrono da Escola.

O primeiro diretor foi o professor de matemática Gerson de Castro no período de 01 de março de 1960 a 21 de maio de 1963. Conseguiu que o Governo do Estado adquirisse as dependências da fábrica de fogões que havia na Rua Félix da Cunha, 515, além dos imóveis números 501,503, 509 e 511, para que transferisse a Escola Técnica Comercial Irmão Pedro.

A partir de 04 de outubro de 1966 passou a denominar-se Colégio Comercial Irmão Pedro, tempos depois a escola foi ampliada com a desapropriação dos prédios de números 475, 487 e 495 na Rua Félix da Cunha. Através do decreto nº 27.022 de 17 de maio de 1978 sofreu alteração em seu nome e passou a Escola Estadual de 2º grau Irmão Pedro que funcionava na Rua Itapoã, devido a ampliação do prédio. Em janeiro de 1979, retornou para a rua Félix da Cunha. Em 11 de

¹ A empresa Casa do Pequeno Operário foi fundada na cidade de Porto Alegre/RS, atualmente, Colégio Dom Bosco.

² Desempenhou o cargo de subsecretário de Educação e foi membro do Conselho Federal de Educação. Também foi coordenador da candidatura de Leonel Brizola ao Governo do Estado e, em 1962, foi eleito deputado estadual pelo PTB.

dezembro de 2000, sob a portaria nº 00307 passou a chamar-se Escola Técnica Estadual Irmão Pedro.

A instituição de ensino encontra-se em uma área significativa para o crescimento econômico de Porto Alegre entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX: o Quarto Distrito. O cenário industrial dessa localidade, seu público frequente e residente, as experiências e interações do bairro, suas mudanças e a particularidade da região ligadas ao transporte e ao movimento de mercadorias ou indivíduos. Porto Alegre se desenvolve às margens do Guaíba, e sua fundação ocorreu durante a ampliação das posses portuguesas no sul do Brasil. Em direção à parte norte da cidade, existia o Caminho Novo, que inaugurado em 1811, conectava Porto Alegre à Várzea do Gravataí (Oliveira, 1993). O nome Caminho Novo foi mantido até 1870, quando foi alterado para Voluntários da Pátria, denominação que se mantém até os dias atuais. Conforme relatado pela autora, a proximidade entre o Caminho Novo e o lago Guaíba facilitou a formação de laços estreitos entre o espaço geográfico e o lago, uma vez que as atividades desenvolvidas nessa área estavam relacionadas ao comércio por atacado, armazenamento de insumos e indústrias. A região, que foi sendo ocupada e aprimorada a partir do Caminho Novo, recebeu em 1892, por meio do intendente Alfredo Augusto de Azevedo, a designação de Quarto Distrito (Mattar, 2010). Esse intendente fragmentou Porto Alegre em seis distritos, determinando o centro da cidade como o primeiro e estabelecendo que o Quarto Distrito estaria situado na parte norte, iniciando pelo Caminho Novo e finalizando próximo ao rio Gravataí. Atualmente, essa área é composta por diferentes bairros: Floresta, Navegantes, Marcílio Dias, São João, São Geraldo, Humaitá, Farrapos e Anchieta. Apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos nas delimitações das propriedades, bairros e regiões de Porto Alegre, a expressão “Quarto Distrito” ainda ressoa na memória dos antigos moradores. Entre os séculos XIX e XX, formou-se no Quarto Distrito uma área industrial que atraiu uma população considerável em busca de emprego e moradia. Essa área industrial era variada, tanto em relação aos tipos de indústrias presentes quanto à diversidade de imigrantes que trabalhavam lá e buscavam residências nas proximidades das fábricas. Quando a Escola Técnica Estadual Irmão Pedro foi fundada no bairro Floresta, este já se caracterizava como um “bairro-cidade”, graças à sua infraestrutura, que incluía eletricidade, pavimentação,

sistema de esgoto e telefonia, além do movimento de mercadorias e pessoas impulsionado pelas indústrias presentes na área.

A Escola Técnica Estadual Irmão Pedro possui relevância histórica, tendo em vista os seus anos de funcionamento, além disso demonstra em sua infraestrutura e na competência de seu quadro funcional a importância de sua participação na qualificação educacional no estado. O ponto inicial da escrita acentuou-se devido à inquietação de desvelar uma narrativa acerca da instituição em uma perspectiva histórica, baseada na análise documental. Leciono na escola desde 2017 e o desejo por conhecer e descobrir fatos, documentos, histórias dessa instituição que pouco é divulgada e conhecida de seus estudantes, funcionários e professores. A escola possui memórias e há um saudosismo do ambiente escolar e de tudo que o cerca, as marcas que ficam em nossas lembranças, da rotina, do recreio, das aulas de educação física, as memórias mais sutis surgem quando falamos da escola onde estudamos ou crescemos. Há uma magia neste ambiente que não se perde ao longo dos anos e das gerações futuras. A Escola Técnica Estadual Irmão Pedro, por possuir 62 anos de existência no ensino público gaúcho, há muito o que rever e recordar em cada imagem ou documento analisado. Em linhas gerais, pesquisar instituições escolares em termos historiográficos, implica em retomar documentos, textos, arquivos, fotos e todos os materiais que ajudem a reconstruir a história como um “todo”.

Deste modo, a história trabalha com a mudança no tempo, esta pesquisa, ao analisar a Escola Técnica Estadual Irmão Pedro historicamente a partir de um tempo e espaço determinado, portanto o problema de pesquisa proposto é: como se deu a trajetória histórica da Escola Irmão Pedro no período que compreende sua fundação, em 1962 e os processos ocorridos na formação profissional nas décadas de 1970 e 1980?

O **objetivo geral** da pesquisa consiste em investigar a história da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro entre as décadas de 1960 a 1980, refletindo sobre seu papel na formação técnica e profissional no RS. Para atingir o objetivo proposto, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**: (1) Investigar o contexto histórico em que se dá a criação da instituição e a sua primeira alteração de nome; (2) Sistematizar e analisar os documentos presentes no acervo institucional, os quais tenham sido produzidos entre as décadas de 1960 a 1980; (3) Elaborar um produto educacional que é o site sobre a história da instituição escolar entre as

décadas de 1960 a 1980.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos que se articulam para apresentar o percurso teórico, metodológico e prático da pesquisa. No primeiro capítulo, é apresentado o contexto histórico da educação profissional, como também as origens do trabalho. No segundo capítulo, descreve a metodologia, detalhando os instrumentos e procedimentos utilizados. No terceiro capítulo, são expostos e discutidos os resultados e análises, com base nos objetivos propostos. No quarto capítulo, traz a descrição do produto educacional. Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais, apontando as contribuições do estudo, suas limitações e possibilidades para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o desenvolvimento desta dissertação e produto educacional foram mobilizados os seguintes referenciais teóricos. O Quadro 1, apresentado a seguir, reúne as categorias utilizadas, bem como seus respectivos autores:

Quadro 1 - Categorias e autores utilizados na dissertação.

Categorias	Autores
Trabalho e educação (base para entender a formação profissional)	Marx, Engels, Lukács, Saviani, Eric Hobsbawm, Maria Ciavatta, Gaudêncio Frigotto.
História das Instituições educacionais (compreensão da escola como construção histórica)	Saviani, Agustín Escolano, Giana do Amaral, Justino Magalhães, Gatti Júnior, Flávia Werle, Antônio Viñao Frago, José Luís Sanfelice.
A importância da memória em instituições de ensino (memória coletiva como elemento constitutivo das instituições)	Jacques Le Goff, Pierre Nora, Maurice Habschwachs, Joel Candau.
Contexto histórico da educação profissional (políticas educacionais e formação técnica)	Maria Ciavatta, Eraldo Lemes Batista, Luiz Antônio Cunha, Saviani, Gertze, Maria Stephanou.
O Rio Grande do Sul e o contexto de fundação do Colégio Comercial Irmão Pedro	Claudemir de Quadros, Flávia Werle, Marc Bloch.

Fonte: elaborado pela autora (2026)

2.1 Trabalho e educação

A “origem da palavra “trabalho” está associada a “*tripalium*” (instrumento de tortura) e “labor” (esforço, sofrimento, dor, fadiga), reforçando a ideia de que o trabalho está ligado ao sofrimento e até à tortura” (Albornoz, 2000, p. 10). Nas filosofias antiga e medieval, predominava a visão do trabalho como punição e sofrimento, enquanto o ócio era considerado um ideal.

Segundo Marx (1996, p. 303), o trabalho é “apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana”. Para Lukács (2012,

p.285), “O trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam”, e por isso “o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (Lukács, 2013, p. 44)

Marx e Engels (2007) consideram o trabalho como a primeira condição da vida humana, tão essencial que “Criou o homem”, logo o que os indivíduos produzem e como produzem definem quem são. Nesta perspectiva, os humanos não nascem com uma natureza definida, mas se fazem humanos através do trabalho, pois é ele que envolve a interação do homem com a natureza, transformando-a e modificando-a, resultando em um mundo de coisas materiais e simbólicas, isto é, o trabalho não é apenas uma resposta às necessidades, mas também uma expressão da liberdade e estética.

Marx afirmava que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”, o que nos leva a ponderar sobre a conexão profunda entre a vivência humana e a formação de nossos pensamentos, valores e crenças. Indicando que a realidade concreta em que estamos inseridos é influenciada por fatores sociais, econômicos e culturais (Marx; Engels, 2007, p. 94 *apud* Hobsbawm, 1998, p. 225).

Ao investigar a relação entre vida e consciência, somos impulsionados a examinar as dinâmicas que definem nosso ser, reconhecendo que a transformação social está, inevitavelmente, atrelada à mudança das consciências que a constituem que já se encontra elaborada em “A ideologia alemã” (Marx; Engels, 2007, p. 53):

Essa concepção da história, portanto, baseia-se na exposição do processo real de produção — começando da produção material da vida em si mesma — e abrangendo a forma de relações associadas com e criadas por esse modo de produção, isto é, a sociedade civil em suas várias etapas, enquanto base de toda história; descrevendo-a em sua ação enquanto Estado, e também explicando como todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência, religião, filosofia, moralidade etc. etc., dela derivam, e acompanhando o processo de sua formação a partir dessa base; dessa forma, a coisa toda pode, é claro, ser descrita em sua totalidade (e consequentemente, também, a ação recíproca desses vários aspectos entre si).

Apresentam-se as duas faces da moeda: de um lado o trabalho caracterizado como uma atividade humana de autorrealização e de outro o trabalho que aliena o homem por meio da exploração da sua força de trabalho subtraindo deste o valor humano.

A educação desempenha um papel fundamental na preparação dos indivíduos, não se limita ao ambiente escolar, se estende à formação contínua, base para a formação de habilidades e conhecimentos. Educação e trabalho estão conectados, já que a educação facilita o acesso ao trabalho, e a experiência profissional também enriquece o aprendizado.

Dermeval Saviani (2007) afirma que o trabalho e a educação possuem um vínculo ontológico-histórico e são duas atividades especificamente humanas. A condição essencial para a sobrevivência da espécie humana é, portanto, o trabalho. Contudo, o ser humano não vem ao mundo dominando essa habilidade; ele aprende a trabalhar da mesma forma que aprende a ser humano:

Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (...) Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. Assim, enquanto elementos não validados pela experiência são afastados, aqueles cuja eficácia a experiência corrobora necessitam ser preservados e transmitidos às novas gerações, no interesse da continuidade da espécie (Saviani, 2007, p. 154).

A educação é moldada pelo trabalho, assim esse processo reflete a necessidade humana de não apenas viver na sociedade, mas também de produzi-la, o que se dá através da criação cultural e histórica. A educação é um processo material integrado ao mundo da produção, influenciado pelas relações sociais de produção. (Della Fonte, 2018, p. 3).

Entretanto, a escola não é a única instância de influência dominante; “instituições e aparelhos ideológicos de nossa sociedade capitalista, como: a família, a religião e a política, também desempenham um papel crucial na legitimação dessa dominação, perpetuando hábitos e mentalidades que favorecem a inserção no modo de produção capitalista” (Althusser, 1980, p.82).

Para Maria Ciavatta (2009, p. 75):

A educação pelo trabalho é um dos movimentos de política educacional que podem ser identificadas na história da educação brasileira ele aparece restrito em sua abrangência, mas é produto como questão recorrente no quadro da formação social brasileira. Trata-se de um movimento do estado

da sociedade civil que, primeiro, respondia os sentimentos morais e religiosos da época e, depois, às necessidades “nacionais” da indústria nascente...

Em consonância, o historiador Eric Hobsbawm (1962, p. 223) diz que “o operário típico das novas indústrias, quer vivesse nas cidades, quer em colônias industriais rurais, era um proletariado sem propriedades...”

Os rumos da educação profissional também estão relacionados ao tipo de trabalhador que se busca formar, o que está intimamente relacionado com a produção e distribuição da riqueza produzida pela sociedade, assim como os métodos de apropriação da maior parte da riqueza por determinados setores e a luta pela sua busca diária por melhoria das condições de vida, ou ainda de alta intensidade, ao tomarem dimensões políticas e jurídicas como estratégias de classe. Como destaca Gaudêncio Frigotto (2012, p. 73-74):

É neste embate de concepções de sociedade e trabalho que se insere a disputa pela educação como uma prática social mediadora do processo de produção, processo político, ideológico e cultural. De forma resumida podemos afirmar que as reformas educacionais dos anos 1990, mormente a orientação que balizou o Decreto n. 2.208/97 e seus desdobramentos, buscam uma mediação da educação às novas formas do capital globalizado e de produção flexível. Trata-se de formar um trabalhador “cidadão produtivo”, adaptado, adestrado, treinado, mesmo que sob uma ótica polivalente.

O período delimitado na pesquisa é influenciado por estruturas: o Brasil vivenciou a consolidação do capitalismo industrial na Era Vargas e passou pela fase do nacional desenvolvimentismo e depois pela abertura ao capital internacional. A predominância da Escola Nova que busca organizar a escola como um meio social para tirá-la das abstrações e impregná-la da vida em todas as suas manifestações, de acordo com Saviani (2011).

O discurso sobre a participação do trabalhador no desenvolvimento da indústria era a forma lacunar, ideológica, de tratar a elevação da produtividade naquele momento. Acenava-se com os benefícios da educação propiciada pelos industriais e pelo Estado, apelava-se ao espírito cívico e patriótico, e organizava-se a educação para melhor domesticar o trabalhador inculto e necessitado (Ciavatta, 2009, p. 298).

Neste prisma é possível perceber que tanto a educação quanto o trabalho possuem origens distintas e uma atende ao capital e serve a ele, no sentido de

quem puder pagar terá uma melhor educação, enquanto a classe trabalhadora deverá aceitar o que lhe for oferecido pelo governo estadual ou municipal, daí a importância de compreender o contexto histórico em que a sociedade está inserida.

2.2 História das Instituições educacionais

É de fundamental relevância, o estudo da história de uma instituição de ensino, no âmbito da História da Educação e, conseqüentemente, da História da Educação Profissional visto que remete à memória e sentimentos de um tempo vivido e nunca esquecido, os ambientes e pessoas que o envolvem reverberam emoções que perpetuam no decorrer das gerações.

Saviani (2002, p. 15) afirma que “a história das instituições escolares trabalha com representações no sentido de tornar presente o que está ausente - presentificação do ausente -, como um esforço de construção de uma imagem da escola, como memória”. Da mesma forma, para Agustín Escolano (1994, p.2):

Tudo isto foi encenado num determinado local que serviu de palco à representação, e é reconstruído em torno das imagens que a história e a memória - tempo reconstruído, tempo vivido e lembrado - podem recuperar destes recipientes materiais a que chamamos escolas³. (tradução da pesquisadora)

Seguindo na mesma perspectiva a autora, Giana do Amaral (2015, p. 328) afirma que

Não só da sua história passada, estática, imutável, que fica nas prateleiras e arquivos, mas da história viva, contada, construída, que faz emergir do possível esquecimento fatos do cotidiano escolar de hoje e de outros tempos. É um espaço no qual quem tem história para contar - e todos temos - retorna à escola para se encontrar com as novas gerações e realizar o importante exercício de rememorar, ou seja, trazer à memória dos que aqui estão fatos e acontecimentos que se perderiam com o tempo.

No plano histórico, para Justino Magalhães (1998, p. 61-62), o conceito de instituição educativa define

uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e

³ Todo ello fue puesto en escena en un lugar determinado que sirvió de escenario a la representación, y es reconstruido en torno a las imágenes que la historia y la memoria -tiempo reconstruido, tiempo vivido y recordado- pueden recuperar de estos contenedores materiales a los que llamamos escuelas.

representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões. [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais.

Para Ragazzini (1999, p. 26), “o conceito de instituição é um conceito ambíguo e mais complexo que possa parecer: usamos instituição para indicar uma única escola e também para indicar o sistema escolar”. Paralelamente, Magalhães (2002, p. 60) observa a educação e suas relações e afirma:

Por educação-instituição não pode deixar de traduzir-se essencialmente o que há de permanente, focalizando na longa duração. Contudo a relação educativa é uma dialética entre o dado e ato, é atualização; é uma relação instituinte entre a realidade envolvente, as estruturas, as tradições, as expectativas socioculturais (o instituído), por meio da dialética contratual (instituição), por ação dos sujeitos individuais e grupais (instituinte).

Observa-se, que Magalhães faz uma análise da internalidade dos processos educativos e a atuação dos seus agentes dentro e fora da escola são reconhecidos como importantes. A partir desses pressupostos, Magalhães (1998) elenca as categorias de análise mais utilizadas na pesquisa sobre a História das Instituições Educacionais, incluindo oito (08) categorias de análise devem ser consideradas na leitura sobre uma instituição escolar, tais como: espaço (local/lugar, edifício, topografia); tempo (calendário, horário, agenda antropológica); currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos, etc. ou racionalidade da prática); modelo pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem - tempo, lugar e ação; professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações); manuais escolares; públicos (cultura, forma de estimulação e resistências); dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida).

A partir dessas categorias, podem se estruturar os roteiros e estabelecer os procedimentos investigativos. Desse modo, percebe-se que a perspectiva de análise da História das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários sujeitos envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais

destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos. (Gatti Júnior, 2002).

Assim, ao investigar as instituições de ensino, será possível iluminar aspectos significativos desde a sua criação, passando por momentos históricos, as mudanças ao longo dos anos e as pessoas que experimentaram um período específico. Nesse mesmo contexto, Gatti Júnior (2002), expõe que a pesquisa histórica vinculada a escolas procura investigar o que acontece no cotidiano, buscando a compreensão dos fatores que constroem um sentido próprio à instituição dentro do contexto⁴ de que ela faz parte, mesmo com as mudanças ocorridas com o tempo e na preocupação de compreender o objeto a partir da totalidade⁵. E numa leitura mais ampla, afirma que: “a história das instituições educativas têm melhorado no contexto dos estudos de história da educação no Brasil, renovando o campo da história da educação e organizando-se como um novo campo temático da historiografia da educação brasileira “(Gatti Júnior, 2002, p.19).

Na perspectiva de Flávia Werle (2002, p.4) é necessário que se faça um esclarecimento sobre os termos implicados, independentemente de quais sejam: história, instituição e escolar. A autora aborda a história das instituições escolares como uma história que toma a escola como monumento, explica que os "monumentos" são os prédios, vinculados à base material da instituição escolar, mas que esses também são documentos que subsidiam a história das instituições educativas.

A partir da visão de Antônio Viñao Frago (1995) sobre a cultura escolar no artigo “Historia de la educación e historia cultural” reitera-se que, a cultura permeia todos os espaços do ambiente escolar, tornando tudo um objeto potencial de estudo para a História da Educação.

Segundo Viñao Frago (1995, p. 69):

⁴ Esse termo é bastante recorrente em pesquisas realizadas a partir do referencial teórico da História Cultural. Contudo, a história das instituições educacionais como objeto de pesquisa é passível de ser analisada à luz do materialismo histórico, tendo em vista a compreensão das conjunturas e das estruturas e que as instituições estão inseridas.

⁵ A totalidade como categoria é impregnada de história, de movimento e expõe, Marx e Engels (1977), a realidade como produto da práxis, em que está articulado o real pensado — o concreto pensado —

É fato, a cultura escolar é toda a vida escolar: feitos e ideias, mentes e corpos, objetos e comportamentos, formas de pensar, dizer e fazer. O que acontece é que neste conjunto existem alguns aspectos que são mais relevantes do que outros, no sentido de que são elementos organizadores que o constituem e definem. Entre eles, escolho dois aos quais tenho dedicado alguma atenção nos últimos anos: o espaço e o tempo da escola.⁶(Viñao Frago, 1995, p. 69, tradução nossa).

Além do caráter “ampliado” referente à cultura escolar, Viñao Frago também chamava a atenção para a questão das continuidades e das persistências. Saliento que tais perspectivas possuem relação com a História Cultural, mas cujo objeto pode ser analisado a partir do materialismo histórico. Assim era importante para “entender o relativo fracasso das reformas educativas a partir do enfrentamento, diferença e divórcio entre as culturas dos reformadores e gestores e a cultura dos professores, a categoria cultura escolar emergia como resistência a mudanças” (Faria Filho *et al.*, 2004, p. 148).

José Luís Sanfelice (2004, p. 5) relata preocupação com a história das políticas educacionais, já que há incidência das políticas no cotidiano, nas práticas e nas vivências escolares, “ela não é outra coisa senão a história política, que pode ser considerada uma história de má reputação, psicológica, elitista, biográfica, narrativa, idealista, ideológica, parcial e factual, se os devidos cuidados na sua análise não forem tomados”. Após estas considerações acerca da história das instituições educacionais apresentar-se-á um breve contexto histórico.

2.3 A importância da memória em instituições de ensino

A memória, no contexto das instituições de ensino, ultrapassa o registro do passado e assume um papel central no sentimento de pertencimento e da identidade coletiva de seus sujeitos. Para Jacques Le Goff (1990, p. 476), a memória constitui-se como “um elemento essencial da identidade, individual ou coletiva”, sendo permanentemente construída a partir das experiências e dos significados compartilhados por um grupo social. Nesse sentido, abordar a memória institucional e mais especificamente da Escola Técnica Comercial Irmão Pedro implica revisitar histórias que ultrapassam os registros documentais e as datas oficiais, alcançando

⁶ No original: “[...] es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, em el sentido que son elementos organizadores que la conforman y definen. Dentre ellos elijo dos a lo que he dedicado alguna atención en los últimos años: el espacio y el tiempo escolares” (Viñao Frago, 1995, p. 69).

as vivências cotidianas de alunos, professores e funcionários que, ao longo do tempo, deram sentido e identidade à instituição.

Para o historiador francês Pierre Nora (2009, p.9), a memória é um tipo de justiça. Em outras palavras, a memória lembra e a História esquece. Hoje em dia, a História deve proporcionar o conhecimento, mas a memória dá o significado. Trata-se de uma memória construída não apenas nos arquivos e atas, mas também nos corredores, nas salas de aula, nas práticas pedagógicas e nos vínculos humanos que marcaram gerações. Assim, recordar essa trajetória é reconhecer a escola como um espaço de formação técnica, social e cultural, cuja história se entrelaça com a da comunidade em que está inserida e com os projetos de vida daqueles que por ela passaram.

A memória coletiva ocupa um lugar central nas sociedades, pois “faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento” (Le Goff, 1990, p. 435), estando vinculada a processos de seleção, silenciamento e valorização do passado. Nessa perspectiva, a memória institucional da Escola Técnica Comercial Irmão Pedro manifesta-se nas práticas pedagógicas, nos saberes técnicos transmitidos, nos espaços escolares e nas trajetórias de estudantes, professores e funcionários. Pierre Nora (2009, p. 7) reforça que não vivemos espontaneamente e sim, através de traços que são misteriosos e que precisamos examinar, já que contém o segredo do que nós somos, de nossa identidade, só conseguimos recuperar o passado através de uma reconstrução: documental, arquivística e monumental que transforma a recordação.

Maurice Halbwachs (2003, p. 289) “a memória é este trabalho de reconhecimento e reconstrução que atualiza os “quadros sociais” nos quais as lembranças podem permanecer e articular-se”. Le Goff (1990) destaca que “o passado é sempre uma construção do presente”, o que permite compreender a memória escolar como um processo dinâmico, constantemente reinterpretado à luz das experiências atuais da instituição.

Em diálogo com essas reflexões, Joel Candau (2011, p.16) enfatiza a estreita relação entre memória e identidade, ao afirmar que “não há identidade sem memória”. Para o autor, a memória não se limita à evocação do passado, pois “opera sempre uma reconstrução do passado a partir do presente” (Candau, 2011, p. 63), sendo marcada por escolhas simbólicas e sociais. Maurice Halbwachs (2003, p. 288) “a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está sempre inserida

num contexto social preciso”. Assim, as memórias compartilhadas no espaço escolar fortalecem os vínculos de pertencimento e contribuem para a constituição da identidade institucional. Nesse processo, as recordações precisam ser tratadas com a sensibilidade que lhe é devida e podem ser apreendidas tanto através da oralidade quanto pela escrita e, seja qual for o caso, não deve haver prejuízo de informações repassadas, considerando as lembranças, fragmentos da memória do grupo inserido na proposta (Le Goff, 1990).

Conforme Halbwachs (2003), a memória nunca é algo que fazemos sozinhos; ela sempre se forma em grupo. Mas, ao mesmo tempo, também é um esforço individual. Candau (2011) ressalta ainda que a memória coletiva é plural e seletiva, uma vez que “as memórias são sempre socialmente construídas”, refletindo diferentes experiências e posições dos sujeitos. Candau (2011, p. 44-45) destaca:

[...] Uma memória forte é uma memória organizadora, no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo e, por exemplo, da representação que ele vai ter de sua própria identidade, quando essa memória é própria de um grupo extenso, falarei de uma memória organizadora. Denomino memória fraca uma memória sem contornos bem definidos, difusa e superficial, que é dificilmente compartilhada por um conjunto de indivíduos cuja identidade coletiva é, por esse mesmo fato, relativamente inatingível. Uma memória fraca pode ser desorganizadora no sentido que pode contribuir para a desestruturação de um grupo.

Dessa forma, cada prática pedagógica, cada gesto cotidiano e cada percurso formativo iniciado na Escola Técnica Comercial Irmão Pedro compõem um mosaico de lembranças que conferem sentido à sua identidade histórica. Preservar essa memória significa reconhecer a herança educativa da instituição e assegurar a continuidade de sua história no tempo.

2.4 Contexto histórico da educação profissional

A construção e fortalecimento da educação, tanto formal quanto informal, em todas as esferas é de suma importância para qualquer comunidade. Nesse contexto, a educação deve ser reconhecida como um elemento vital para a vida em sociedade, uma vez que é por meio dela que esta se perpetua.

A educação profissional e tecnológica no Brasil possui diversas fases e características desde a revolução burguesa. Octávio Ianni (1981, p.22) ressalta os seguintes momentos da “revolução burguesa” no Brasil: o *Estado monárquico* (1822

- 1889), sob o arbítrio do Poder Moderador do rei e a predominância do bloco agrário vinculado, mormente, à cana e ao café; o *Estado oligárquico* (1889 a 1930), em que o autoritarismo foi reforçado pela política dos governadores e predominavam os interesses do bloco agrário apoiado, sobretudo, na cafeicultura; o *Estado populista* (1930-64), que teria passado por um período de “formação” (1930-1937) e pela Ditadura do Estado Novo (1937- 1945), em que prevaleciam os interesses do bloco Industrial-agrário, vinculado, especialmente, ao café e à indústria de bens de consumo duráveis; o *Estado militar* (a partir de 1964), amparado num “poderoso bloco industrial, ou melhor, financeiro e monopolista”, em que preponderavam os interesses da grande burguesia financeira e monopolista estrangeira.

Ciavatta (2009, p. 173) afirma que a “revolução burguesa” no Brasil se processou pela constituição do capitalismo e pela industrialização, pela dominação e pela contrarrevolução permanente, pela formação das classes assalariadas e pela resistência dessas classes à dominação, no âmbito da educação a burguesia não inovou. Ela se beneficiou da herança de uma sociedade colonial omissa na educação elementar da grande maioria da população e ativa na reprodução das discriminações sociais e raciais existentes na sociedade.

No período colonial, a formação profissional era reservada aos trabalhadores, estando a educação distante de um sistema de ensino voltado às camadas da população, no entanto o Estado se fazia presente, na criação e na manutenção financeira, interferindo diretamente na escolha de professores, no sistema de avaliação e na atribuição de notas aos alunos, relata Eraldo Lemes Batista (2021, p.56 -57). O autor afirma ainda que

A atribuição à escola de responsabilidades inerentes ao Estado já se faz sentir nessa primeira tentativa de organização do conjunto da educação brasileira, uma vez que esse dispositivo legal inaugura a visão da diminuição do analfabetismo como medida preventiva ao emperramento do progresso do país, mote repetido à exaustão na legislação educacional brasileira. (Batista, 2021 p.58)

Para Luiz Antônio Cunha (2000, p.2) desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de pessoas escravizadas, como: carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados em se diferenciar daqueles, ou seja: homens livres se

afastaram do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto à sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social.

Percebe-se que as escolas vinculadas ao ensino de ofícios objetivavam atender aos “desfavorecidos da fortuna”, quer as mantidas pelo Estado, quer pela sociedade civil, e assim, “assumem o importante papel de confinar ou reeducar marginalizados, tirando-os do convívio social, equalizando as diferenças, fruto da exploração e das desigualdades sociais” (Batista, 2021, p.59).

Cunha (2000, p.66) salienta que o peso específico do Estado na formação social brasileira foi tamanho, desde o início, que o campo educacional se originou de iniciativas estatais, só vingando iniciativas particulares na segunda metade do século XIX. Não esquecendo dos empreendimentos educacionais das ordens religiosas no Brasil Colônia que eram numerosas, foram, também, ambigualmente, iniciativas estatais, já que a Igreja Católica era uma parte da burocracia do Estado.

De acordo com Saviani (2007) a criação de escola, para formação de operários, decorre da ação e pensamento europeus remanescentes do século XIX. A sociedade se constituía de duas classes sociais opostas: burgueses e trabalhadores que possuíam papéis diferentes e para os quais a escola deveria ser organizada de maneira particular. Dessa forma, a formação secundária não previa nenhuma habilidade manual, pois as pessoas que atuavam em funções que demandavam maior conhecimento intelectual eram servidas por abundante mão de obra com essas habilidades. Destaca-se que, no século XIX, uma diferença marcante entre burgueses e operários se dava pelo fato de que os primeiros jamais deveriam sujar as mãos.

No bojo das instituições anteriormente mencionadas, cabe ressaltar que no período imperial foi inaugurado o Arsenal de Guerra para meninos órfãos, expostos e filhos de pais muito pobres, com o objetivo de retirá-los das ruas e a doutriná-los para servir e obedecer. O Arsenal de Guerra de Porto Alegre, como instituição militar foi criado “por ordem do governo Imperial pela lei de 21 de fevereiro de 1832, em que implantou regulamentos administrativos para os Arsenais, da Corte, no Rio de Janeiro, e no Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, e Mato Grosso” (Gertze, 1990, p. 228).

As condições de admissão de menores na condição de aprendizes, determinando o número de meninos, e os segmentos de cada um pertencentes às

camadas mais carentes da população: os filhos de pais pobres, indígenas, os órfãos indigentes e expostos.

Percebemos através da legislação que o assistencialismo promovido pela instituição do Arsenal de Guerra, era voltado para a profissionalização e adestramento de mão de obra. Assim, somente meninos robustos e aptos ao trabalho eram admitidos, sendo excluído os carentes de moléstias, os filhos de escravos, e os que praticavam mau comportamento, já comprovado, através dos registros policiais, ou de outras instituições de onde provinham, ou seja “o Estado Imperial recrutava aprendizes, para trabalhar em suas oficinas, ao mesmo tempo em que continha esta população heterogênea de possíveis levantes e desordens sociais, de maneira a construir uma sociedade civil alinhada aos seus projetos” (Oliveira, 2013, p. 17).

Deve-se ter em conta que o Arsenal de Guerra era uma iniciativa em esfera nacional, a origem da oferta de ensino profissional pela rede estadual ocorre desde o Ato Adicional de 1834⁷, ou seja, desde o período imperial o que demonstra uma relação importante deste período. O ato adicional é visto como fator determinante na definição das políticas de instrução pública elementar, pois cada província, se responsabilizava pelo ensino primário e profissional, assim tinha autonomia para se organizar ao seu modo.

Sob a perspectiva dessa legislação, a província do Rio Grande de São Pedro criou o Colégio de Artes Mecânicas pela Lei 12 em 1837. “Essa lei é contemporânea à Lei 14 que regulamenta a instrução primária. Importante salientar que tais leis foram sancionadas em um período conflituoso marcado pela Revolução Farroupilha que ocorreu entre 1835 e 1845” (Martirena, 2023, p.225).

Já no alvorecer da República e como iniciativa de cunho religioso, em 1904, os salesianos⁸ já haviam inaugurado dezesseis escolas no Brasil, espalhadas por todos os estados da federação. Batista (2021) reflete que a República trouxe consigo o discurso de educar e higienizar a nação, com iniciativas na saúde pública

⁷ O Ato Adicional (uma emenda constitucional) foi aprovado em 12 de agosto de 1834 com o objetivo de amenizar os conflitos do período regencial. Criou as assembleias provinciais e possibilitou às mesmas, no artigo 10º parágrafo 2º, legislar “sobre instrução públicas e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para um futuro forem criados por lei geral” (Nogueira, 2001, p. 108)

⁸ Ordem religiosa católica fundada por São João Bosco (Dom Bosco) em 1859, em Turim, Itália. O nome "Salesianos" deriva de São Francisco de Sales, um santo que Dom Bosco admirava e que inspirou sua pedagogia. Dom Bosco pregava a brandura, o diálogo e “uma amorosa assistência nos recreios, nas aulas e nos trabalhos” (Salesianos, 1987, p.31)

e na urbanização, além de projeto de utilização da escola como meio transmissor dessas ideias.

Em vista disso, os deputados federais, em 20 de dezembro de 1906 criaram a proposição 195, que tratava da criação de escolas técnicas de nível intermediário, com dotação orçamentária própria. Pela primeira vez, o Estado designava verbas exclusivas para a abertura e manutenção de escolas profissionalizantes federais.

É importante ressaltar que as escolas modelos para rede criada por Nilo Peçanha se originam de uma escola criada no Rio de Janeiro e que existe uma relação desenvolvida a partir do Ato Adicional de 1834 sobre a oferta de ensino profissional pelas províncias que viriam a originar os estados, ou seja, refere-se à oferta pelo estado, não à rede federal.

A intenção de criar essas escolas era formar operários. De acordo com as análises de Castro *et. al.* (2020, p. 337), em relação ao Decreto de número 7.566/1909, “é possível observar que o ensino profissional, [...] figurava mais no plano assistencial do que num programa propriamente educacional”.

Desta forma, quase no final de sua gestão, através do Decreto 7.566 de 23/09/1909, criou a Rede Nacional de Escolas de Aprendizes Artífices, “inaugurada em 1910, em todos os estados, com exceção do Acre e do Rio Grande do Sul que já contava com o Instituto Parobé de educação profissionalizante desde 1906” (Batista, 2021, p.62) assim tornou-se objetivo dos empresários a busca de três questões básicas: organizar o trabalho, promover a saúde e propiciar a educação.

A história de fundação do Instituto Parobé remete à origem da Escola de Engenharia de Porto Alegre, foi formada em 1906 por um grupo de professores liderados pelo então diretor, Professor João José Pereira Parobé. É uma instituição educacional de destaque em Porto Alegre\RS, voltada para a formação técnica e profissional. Os cursos ali oferecidos eram de dez anos, sendo quatro anos com conteúdos das escolas regulares, quatro anos com formação para o trabalho e dois anos para especialização, porém não atendia a massa de trabalhadores, pois preparava operários politécnicos, para que pudessem trabalhar em pequenas oficinas. A escola possuía uma vertente positivista (Stephanou, 1990).

Batista (2021) afirma que para os grupos sociais e políticos dominantes da época, seria mais seguro manter os imigrantes e os camponeses afastados dos centros urbanos, onde poderiam mais facilmente se agrupar e oferecer resistência

às condições de trabalho, ou à falta dele. Ildefonso Simões Lopes⁹ nomeou, em 1920, uma Comissão Técnica, composta principalmente por administradores e mestres do Instituto Parobé, do Rio Grande do Sul, por acreditar que este fosse o único instituto de ensino profissionalizante que vinha funcionando a contento. Destaca-se a presença do engenheiro João Lüderitz¹⁰, para que remodelasse em nível nacional o ensino profissional/técnico.

Nos meses finais de 1920, foi apresentado um primeiro relatório, com “propostas para se tentar estabelecer um caráter orgânico às escolas profissionalizantes do país, contratando, se necessário, profissionais especializados no exterior” (Batista, 2021, p.64).

Em 1922, o deputado mineiro Fidélis Reis propôs a criação de uma lei que tornasse obrigatória a profissionalização em todas as escolas do país, independente da classe social dos alunos atendidos. Vargas, então, separou o sistema educacional do ocupacional com a criação de dois ministérios distintos em 1930: o Ministério da Educação e Saúde Pública de forma que os indivíduos se preparassem técnica e profissionalmente para uma sociedade das profissões que foi inspirada no escolanovismo-pragmatista¹¹, a reforma educacional de 1931, no ensino secundário, longe de refletir qualquer ideal democrático, consolida o espírito de nossa organização dualista de privilegiados e desfavorecidos, para Batista (2021, p. 66)

A escola secundária seria uma escola particular, destinada a ampliar a “classe dos privilegiados”. Sobre o Ensino Comercial, este foi reorganizado, passando a ser constituído por três níveis (pós-primário, técnico e superior), o ensino profissionalizante era normatizado para todo o território nacional, com o objetivo declarado de formação de mão de obra

⁹ Nasceu em Pelotas (RS), em 19 de novembro de 1866. Foi estudante em um período de forte atuação dos movimentos abolicionista e republicano, e participou da fundação do Clube Abolicionista Rio-Grandense, do Clube Republicano Rio-Grandense e do Centro Republicano da Escola Politécnica. Esteve na diretoria destas entidades por ocasião da Proclamação da República, tendo participado ativamente do desenrolar dos acontecimentos que levaram a esse evento. Em 1890, concluiu o curso de engenharia, dedicando-se à construção das estradas de ferro Sul Mineira, em Minas Gerais, e Mojiana, em São Paulo, e a obras públicas no Rio de Janeiro. Foi nomeado diretor do Banco do Brasil, tendo permanecido no cargo até 1943. Presidiu a Sociedade Nacional de Agricultura (1926-1931) e foi um dos principais incentivadores da criação da Confederação Rural Brasileira (1928).

¹⁰ João Lüderitz foi um engenheiro brasileiro reconhecido por seu papel na fundação e desenvolvimento do Instituto Parobé, uma instituição educacional que se destaca na formação técnica e profissional em diversas áreas. A iniciativa de Lüderitz foi crucial para o desenvolvimento de uma educação que alia teoria e prática, preparando os alunos para o mercado de trabalho e atendendo às demandas econômicas da região.

¹¹ Influenciado por diversas correntes pedagógicas, incluindo as ideias de educadores como John Dewey, que defendiam a educação progressiva e a importância da experiência na aprendizagem. No Brasil, o movimento ganhou força nas décadas de 1920 e 1930, com figuras como Anísio Teixeira, que defendiam uma educação mais democrática e inclusiva.

especializada e não apenas ao atendimento assistencial aos “filhos das classes menos favorecidas”.

A Escola Nova possui sua própria compreensão de trabalho como princípio educativo, já que é de natureza liberal, não se preocupa com a superação do capitalismo, mas com a ascensão social individual como estratégia para a mudança social, na qual educação não é um privilégio. Concomitantemente, católicos e escolanovistas disputam o cenário educacional.

Em novembro de 1930, Francisco Campos, logo depois de empossado, foi o Ministro de Educação e Saúde Pública e integrante do movimento escola nova. De acordo com Saviani (2011, p. 196) no primeiro semestre de 1931, baixou sete decretos conhecidos como reforma Francisco Campos:

1. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;
2. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
3. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da universidade do Rio de Janeiro;
4. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
5. Decreto nº 19.941, de 30 de Abril de 1931, que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas;
6. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
7. Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Getúlio Vargas chegou a afirmar ainda quando no governo Gaúcho que sua diretriz governamental se assemelhava ao direito corporativo ou Organização das classes promovida pelo fascismo no período da Renovação criadora que a Itália atravessa, por último cabe observar que em 1931 a época do Decreto relativo ao ensino religioso não se externaram ainda o conflito entre os católicos e os escolanovistas, pois participaram lado a lado na Associação Brasileira de Educação (ABE) o conflito emergiu ao apagar das luzes de 1931 na IV Conferência Nacional de Educação vindo a consumir a ruptura com a publicação “Manifesto dos Pioneiros” da Educação Nova no início de 1932.

O "Manifesto" de 1932, elaborado por Fernando de Azevedo, destaca a importância fundamental da educação, sustentando que “nem mesmo as questões econômicas podem contestar sua prioridade nos projetos de reconstrução nacional.”

Após a divulgação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova¹²”, em 1932, ocorreu o rompimento entre o grupo renovador e o grupo católico que retirou-se da ABE (Associação Brasileira de Educação). O líder católico Fernando Magalhães foi substituído pelo escolanovista Lourenço Filho que foi figura-chave no processo de desenvolvimento e divulgação das ideias pedagógicas da Escola Nova no Brasil. Assim, em 1933, o grupo católico fundou a Confederação Católica Brasileira de Educação (Saviani, 2007, p. 197).

Os educadores católicos retiraram-se da ABE e, em 1933, a Confederação católica brasileira de educação Francisco Campos expôs a trajetória no governo e a incoerência com o seu pensamento autoritário, este seria o redator da constituição outorgada em novembro de 1937 que instituiu o Estado Novo, cujo regime foi o ministro da Justiça.

Por sua vez, o "Manifesto" de 1934, escrito por Paschoal Lemme, faz uma observação irônica sobre o assunto:

Escola leiga, obrigatória, única, ativa e progressista... complexo demais para ser entendido pelos governos...
E o povo, coitado, o povo, que só sente a predominância dos problemas econômicos na hierarquia de todos os que o atormentam, não chegou sequer a perceber que lhe atiravam essa tábua de salvação (...) (Lemme, 2004, p. 230).

Para Fernando de Azevedo, teórico da Escola Nova em que propunha uma educação viva, flexível e gratuita para todos, porém (a instrução pública elementar) arrastou-se “através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada” (Azevedo, 1996, p. 556).

No início da década de 1940, Azevedo (1996, p. 556), um dos maiores incentivadores do desenvolvimento de pesquisas sobre cultura brasileira e história da educação, aprofundou essa discussão dizendo:

O ensino público estava condenado a não ter organização, quebradas como foram as suas articulações e paralisado o centro diretor nacional, donde se devia propagar às instituições escolares dos vários graus uma política de educação, e que competia coordenar, num sistema, as forças e instituições

¹² Considera que a educação é dever do Estado, o mais importante, que exige maior dedicação e sacrifícios.

civilizadoras, esparsas pelo território nacional. (...) Foi nesse estado de inorganização social que dificultou a unificação política e impediu a consolidação educacional num sistema de ensino público, se não uniforme e centralizado, ao menos subordinado a diretrizes comuns.

O padre Leonel Franca afirma que religião e pedagogia são indissociáveis e para ele “Se a educação não pode deixar de ser religiosa, a escola leiga que, por princípio, ignora a religião, é essencialmente incapaz de educar. Tal é o veredicto irrecusável de toda a pedagogia” (Franca, 1931, p. 25). De acordo com Saviani (p. 258), para os católicos a escola leiga deseduca, pois estimulava o individualismo e neutraliza as normas morais, negando a convivência social e o espírito coletivo, somente a escola católica seria capaz de reformar espiritualmente as pessoas, ou seja, na visão católica o povo deveria ser conduzido por uma elite responsável com princípios morais e cristãos.

No entendimento de Saviani (2011, p. 196 - 197) o que merece atenção em relação as seis medidas na reforma do ensino, foi o decreto nº 19.941 que pela primeira vez na história da República introduziu o ensino religioso nas escolas oficiais. Essa situação não parece tão estranha devido aos importantes precedentes históricos. A igreja era como um antídoto importante com sua doutrina social, aliás a igreja já estava contemplada no projeto de hegemonia da burguesia industrial e estava destinada a desempenhar um grande papel de esclarecimento sobre as necessidades do país explicando a massa sofredora que o seu estado atual não decorre dos casos da compressão exercida pelas classes mais favorecidas. Assim, caberia a ela, ainda infundir na sociedade cada vez mais o sentimento de caridade e solidariedade social que constituem por certo os mais belos postulados da religião de Cristo.

Nota-se que no período entre 1932 e 1947, as ideias pedagógicas no Brasil foram marcadas por equilíbrio entre a pedagogia tradicional, representada pelos católicos, e a pedagogia nova. Equilíbrio tenso, marcado por acusações por parte dos católicos contra os escolanovistas e nesta conjuntura há a trindade governamental composta por Vargas, Campos e Capanema para “manter os princípios da educação cristã, bem como os princípios pedagógicos renovadores vistos como instrumentos de ação política” (Saviani, p.270 e 271).

Lemme (2004) argumenta que “a transformação escolar não pode ser efetivada de maneira completa sem uma reavaliação da estrutura econômica da

sociedade capitalista contemporânea.” Ele ressalta que, em uma sociedade fundamentada na exploração do ser humano pelo ser humano, “qualquer iniciativa de renovação educacional está fadada ao insucesso, pois não atenderá aos interesses dominantes que favorecem uma minoria parasitária e improdutiva.” Retomando a ironia, ele afirma: “Um modelo educacional ativo, progressista, socializado, único; público, obrigatório, gratuito, misto e não confessional... é um excelente projeto, mas não é viável em uma democracia que, por definição, é liberal e capitalista na prática...” (Lemme, 2004, p. 244).

Estava implícito um projeto de educação popular pelo trabalho, de um lado, por “incorporar o ensino técnico às escolas comuns”, com apoio da “orientação vocacional”, e de outro, “por multiplicar as escolas técnicas especiais”. Como vimos, o Brasil se antecipara a essa recomendação, criando quase dois anos antes, no início de 1942, o Senai e as redes de escolas técnicas federais (Ciavatta, 2009, p. 315).

No Brasil, a partir de 1943, Getúlio Vargas tenta se aproximar da massa trabalhadora, conhecido como “queremismo”: palavra de ordem na constituinte com Getúlio que recebeu apoio do PCB, esse apoio do partido comunista fez com que os grupos dominantes não o considerassem confiável.

Nesse contexto, um acontecimento muito importante foi a criação CBAI¹³ que teve origem pela recomendação XV, aprovada durante a “I Conferência de ministros e Diretores de Educação das Repúblicas Americanas, reunida em Havana de 25 de setembro a 04 de outubro de 1943, de acordo com a resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana, de março do mesmo ano” (Ciavatta, 2009, p. 313).

Desta forma, reafirmava legalmente a dicotomia social, fixando cada qual em seu lugar no processo produtivo, pois era preciso atender à demanda da industrialização desencadeada na década de 30, nessa perspectiva à “relação entre trabalho e educação uma coerência de objetivos gerais que atravessou a década, aproximadamente, do final da guerra 1944 e da deposição de Getúlio (1945) até, ao menos o trágico fim do seu governo 1954” (Ciavatta, 2009, p.310).

Parafraseando Maria Cristina Louzada (2018) o ensino profissional a partir da Era Vargas esteve voltado para o mercado de trabalho e seu ritmo de desenvolvimento tecnológico, acompanhando e respaldando as suas fases. Quando

¹³ Comissão Brasileiro - Americana de Educação Industrial.

as mudanças da Ciência e da Tecnologia se processavam de maneira vagarosa, o ensino profissional esteve voltado ao desenvolvimento de capacidades específicas, vinculado a uma determinada tarefa ou posto de trabalho.

A consolidação do capitalismo industrial corrobora para o que Ciavatta denomina de necessidade histórica dos setores populares de preparação precoce para o trabalho, desde a idade de ingresso na escola primária, e a instalação da oficina escolar ou de produção. No conjunto das recomendações, estava em jogo a opção da preparação profissional antes do ingresso no emprego (Ciavatta, 2009).

O objetivo da escola nesse processo era a preparação para trabalhadores já empregados, recomendou-se que devia ocorrer após a terminação do período escolar obrigatório. Entretanto, ela poderia ser dada durante o último ano do período escolar obrigatório quando a legislação em vigor no país fixa a idade mínima de 14 anos.

A trajetória do avanço industrial e tecnológico no Brasil foi caracterizada pela disputa entre um modelo de desenvolvimento autônomo e outro vinculado e subordinado ao capital externo, sendo este último predominante, especialmente a partir da gestão do presidente Juscelino Kubitschek (Ramos, 2014, p. 112).

Em 1961, promulga-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº. 4024/1961) possuindo equivalência entre a educação profissional e o ensino médio como um aspecto relevante à organização do ensino técnico industrial, pois “[...] reconhece a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos” (Kuenzer, 2007, p. 29).

Saviani (2007) expõe que promulgada em 20 de dezembro de 1961, a Lei n. 4.024, nossa primeira LDB, entrou em vigor em 1962, conforme estipulado em seu último artigo: "Esta lei entrará em vigor no ano seguinte ao de sua publicação, revogadas as disposições em contrário" (artigo 120). Na vigência da lei, a primeira providência tomada foi a instalação do Conselho Federal de Educação (CFE), o que ocorreu em fevereiro de 1962. Para a composição do órgão, contou-se com a "clarividência de Anísio Teixeira¹⁴", conforme depoimento de Newton Sucupira. Também foi Anísio quem cuidou, ainda em 1962, da elaboração do Plano Nacional

¹⁴ Anísio Teixeira, um importante educador brasileiro, desempenhou um papel significativo no planejamento educacional. Ele foi o relator do I Plano Nacional de Educação (PNE), que abrangeu o período de 1963 a 1970. Atualmente é Patrono da Escola Pública Brasileira.

de Educação previsto no parágrafo 2º do artigo 92 da LDB. O Plano, por ele proposto, foi aprovado pelo CFE em 12 de setembro de 1962 e homologado pelo ministro Darcy Ribeiro em 21 do mesmo mês.

A lei buscava integrar o ensino técnico e o ensino médio, mas enfrentou desafios na sua implementação, portanto o PNE de 1962 sintetizou a ideia de que a educação não deveria ser um privilégio e que sua viabilidade estava ancorada em uma estratégia nacional com recursos para implementação.

Para Anísio Teixeira "o nacionalismo é, fundamentalmente, a tomada de consciência pela nação de existência, de sua personalidade e dos interesses dos seus filhos" (Teixeira, 1976, p. 320). Por isso o nacionalismo é mais do que a defesa contra inimigos externos: "é um movimento da consciência da nação contra a divisão, o parcelamento dos seus filhos entre 'favorecidos' e 'desfavorecidos' e contra a alienação de sua cultura e de seus gostos [...]" (Saviani, 2007, p. 315).

No final da década de 1960, Anísio Teixeira (1999, p. 357) fez uma retrospectiva sobre a relação entre educação e a sociedade brasileira e, referindo-se ao período imperial, escreveu:

Por isto mesmo, quando, com a independência e as ideias então dominantes de monarquias constitucionais liberais, procurou-se organizar o país, já com o pensamento na educação do povo brasileiro, confiou-se esta tarefa às províncias, deixando-se o sistema da elite sob a guarda do poder central, a fim de se lhe salvaguardar o caráter anterior. Chamou-se a esse Ato Adicional de 1834 de descentralizador, quando, na realidade, pelo menos em educação, só descentralizar algo que não se considerava suficientemente importante.

Esse plano foi incorporado ao Plano Trienal do governo João Goulart. Infelizmente, sua eficácia foi interrompida em 1964, mais devido à instabilidade política do que ao conceito de educação pública que ele defendia.

O período da história das ideias pedagógicas que se inicia no Brasil em 1969 ocorre em um contexto marcado pela Ditadura Civil-Militar de 1964. O termo "revolução" sugere uma ruptura, mas é importante investigar se realmente houve essa ruptura e, em caso afirmativo, em que nível e grau ela se manifestou. É fundamental, portanto, questionar quais foram as implicações dessa situação para a educação e para as ideias pedagógicas. Para tanto, será necessário destacar, de forma sucinta, os elementos que nos ajudem a entender as consequências do

movimento de 1964 que resultou na ascensão dos militares ao poder (Saviani, 2007).

Coube ao Estado ocupar-se com a educação profissionalizante dos demais jovens das classes proletárias, assim a LDB 5692/71, que instituiu a profissionalização compulsória, competência que bem pouco saiu do papel. Em curto e médio prazo,

todas as escolas públicas e privadas do então chamado Ensino de Segundo Grau deveriam tornar-se profissionalizantes. Elas teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. Caberia aos governos estaduais a implementação das medidas para que a profissionalização ocorresse (Saviani, 2007, p. 372)

No entanto, as escolas não estavam preparadas, nem com recursos humanos e nem com recursos materiais para que a intenção se concretizasse, e logo chegou-se à conclusão de que os sistemas de ensino não tinham condições de colocar a lei em prática (Batista, 2021, p. 67).

No ano de 1971, com a Lei 5.692 e sob a justificativa de carência dos cursos técnicos de nível médio, instituiu-se a profissionalização compulsória em todos os cursos de segundo grau. Dez anos depois da lei e com muitos técnicos que jamais usaram seu diploma de nível médio, o ministro da Educação da época, Jarbas Passarinho, comentou: “Nós achávamos que haveria muita absorção de mão de obra”. Saviani (2007) confirma ao relatar que “a educação será concebida como um subsistema cujo funcionamento eficaz é essencial ao equilíbrio do sistema social de que faz parte”. Em 1982, a Lei teve esses dispositivos de compulsoriedade revogados passando a ser opção da escola e do aluno.

Já no período de redemocratização, o governo Sarney (1985-1990) implantou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC) em 1986 (Queiroz & Souza, 2017), mediante o qual as unidades de ensino descentralizadas vinculadas a uma escola mãe - Escola Técnica.

Assim, é importante considerar os espaços escolarizados como meios de democratizar o acesso ao conhecimento destacando que esses espaços também são arenas de disputa, a ênfase está na ideia de que o conhecimento e a informação são fundamentais para superar desigualdades e alcançar equidade em uma sociedade de classes.

2.5 O Rio Grande do Sul e o contexto de fundação do Colégio Comercial Irmão Pedro

É importante compreender a conjuntura estadual para a criação da escola, pois as políticas públicas do período fortaleceram o avanço do ensino técnico e a criação de novas escolas, fomentando a possibilidade de o jovem ingressar no mundo do trabalho.

Louzada (2018) salienta que após 1945, com a saída de Getúlio Vargas da Presidência da República após 15 anos de governo e a chamada “redemocratização do país”, até o golpe militar de 1964, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul viveu uma alternância em seu poder entre os partidos Trabalhista Brasileiro, o PTB, e Social Democrático, o PSD, ambos criados sob a inspiração de Vargas.

Para o historiador Claudemir de Quadros, a partir de 1946, houve uma expansão no número de escolas, impulsionada por ações do governo federal e dos estados, embora a centralização do sistema educacional permanecesse sob a jurisdição federal, a ampliação foi percebida no Rio Grande do Sul, especialmente durante a década de 1950. No entanto, “acredita-se que essa expansão foi favorecida pela destinação de impostos para o financiamento da educação, conforme estabelecido pela Constituição de 1946” (Quadros, 2002, p.45-46).

O autor salienta que a ampliação no número de escolas não foi pensada ou planejada e que temas como: evasão escolar e repetência não foram discutidos. No dia 29 de janeiro de 1959, Adroaldo Mesquita da Costa, secretário de educação, fez uma espécie de ‘avaliação’ sobre o estado de sua pasta, conforme uma reportagem do jornal *Correio do Povo*¹⁵. Ele declarou que “é necessário construir 800 escolas para solucionar o problema educacional no Estado e que a maioria das salas de aula não comportava mais do que vinte alunos”. Essa realidade “resultava na necessidade de contratar um número excessivo de professores, superando a proporção considerada aceitável de 40 a 45 alunos por professor, segundo a reportagem” (Quadros, 2002, p. 47).

O Governador Leonel Brizola adotou importantes medidas vinculadas à educação durante seu governo (1959-1963), inclusive na área do ensino técnico e do ensino médio. Assim, ao assumir a liderança do Piratini, Brizola preservou a mesma característica da sua gestão na Prefeitura de Porto Alegre em relação à

¹⁵ *Correio do povo*, 29/01/1959, p.18

educação. É possível observar que essa também foi uma prática que o diferenciou como administrador público. Essa questão é mencionada por Claudemir de Quadros, que ressalta que “a educação, ou pelo menos a edificação de escolas, é um elemento constante na trajetória e no discurso político de Brizola” (Silva, 2015, p. 5).

Uma vez traçado a meta a ser alcançada, o novo governo estadual passou, de imediato, a efetivar as medidas necessárias para combater o déficit educacional, elaborando “o Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário, tendo por meta a escolarização de todas as crianças entre os 7 e os 14 anos e a erradicação do analfabetismo no Rio Grande do Sul” (Braga *et al*, 2014, p. 57).

Em novembro de 1958, Brizola conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul uma taxa destinada à educação, reconhecendo sua importância crucial para a implementação dos projetos educacionais prometidos durante a campanha eleitoral. Na mesma época, foi aprovada a lei 3.601, que se relacionava ao II Plano de Obras do Estado. Para alcançar as metas estabelecidas, a Secretaria da Educação e Cultura passou por uma reestruturação significativa, criando três subsecretarias voltadas para o Ensino Primário, Ensino Médio e Ensino Técnico, com o objetivo de promover a especialização. Esse movimento incluiu diversas iniciativas, como ações emergenciais para expandir e descentralizar o ensino primário e técnico, além da formalização de convênios e parcerias, concessão de bolsas, compra de vagas e disponibilização de professores para escolas privadas em troca de vagas. Além disso, foram realizadas obras de construção e reforma de escolas, todas detalhadas em um relatório de 67 páginas sobre o assunto (Silva, 2015).

Durante seu governo (1959-1963), Brizola promoveu ações educacionais marcantes: implementou seu projeto educacional intitulado “Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul”. De acordo com Claudemir Quadros (2003) “construíram-se prédios escolares - que ficaram conhecidos como brizoletas ou escolinhas do Brizola - contrataram-se professores e um significativo número de novos alunos foram matriculados”. Portanto, está diretamente relacionado com números expressivos para o período, declarados pelo governador ao ministro Gustavo Capanema, em 15 de abril de 1935, portanto, nos quatro primeiros anos de sua administração: construção de 37 grupos escolares e a nomeação de 1022 novos professores (Silva, 2015, p.245-259).

As “Brizoletas” (escolas públicas laicas construídas no governo de Brizola)

ofereciam educação integral, incluindo música e esportes, para crianças. Além disso, ele buscou industrializar o estado e nacionalizou empresas estrangeiras, fortalecendo o capital nacional. Segundo Quadros (2003), ao assumir o governo gaúcho, Brizola não mediu esforços no sentido de priorizar a educação como meio para alcançar o desenvolvimento, e esse princípio que adotou, relativo à importância da educação.

Em complemento ao que foi abordado acima, a escola é um produto da história e entender suas origens nos ajuda a compreender como ela é atualmente, portanto em princípios de 1960 surge o Colégio Comercial Irmão Pedro, um anexo do colégio Protásio Alves. A Escola Técnica Estadual Irmão Pedro oferece além do ensino médio, os cursos técnicos de Contabilidade, Publicidade e Secretariado, em nível subsequente.

É importante reconhecer quem foi Irmão Pedro (Figura 1), o patrono da escola que nasceu em 21 de janeiro de 1872, em Ledeborg, na Diocese de Gand na Bélgica. No batismo recebeu o nome de Pierre Ferdinand Veys¹⁶. Foi aluno dos "Irmãos Lassalistas" na famosa Escola Saint-Luc de Gand, na Bélgica. Após diplomar-se como professor na Universidade de Louvain, foi para Bruxelas, onde exerceu o magistério durante 14 anos" (La Salle, 2012, v. 1, p. 51).

Em 30 de dezembro de 1907, o Irmão Pedro chegou ao Brasil e naturalizou-se brasileiro. "Possuía registro de professor de Química e de História Natural. Irmão Pedro, além de ser um educador por excelência, foi também cientista e desportista de renome popular". (Werle, 2010, p. 209).

¹⁶ Irmão – Pierre Ferdinand Veys (Pedro) * 29/01/1873 – Bélgica + 23/10/1945 – Porto Alegre/RS. Local da Sepultura: Canoas/RS. Fonte: Calendário Lassalista, 2018.

Figura 1 - Fotografia do patrono da escola Irmão Pedro.



Fonte: Acervo da escola.

Escreveu dois livros de Estenografia pelo método "Duployé¹⁷", ajudou a fundar o Sport Clube Internacional e, entre 1913 e 1920 foi juiz oficial dos Grenais. Exerceu o magistério em Porto Alegre e Canoas, onde faleceu em 23 de outubro de 1945, com 73 anos de idade.

Vale destacar que, ao longo dos anos, a Escola Técnica Estadual Irmão Pedro começou oferecendo alguns cursos técnicos e, com o tempo, novos cursos foram adicionados (Quadro 2). Isso mostra como a escola valoriza a educação como uma ferramenta importante para o crescimento social.

¹⁷ O sistema Duployé foi desenvolvido por Émile Duployé na França. Ele usa uma série de traços e símbolos únicos para representar sons da fala. O Duployé é um sistema eficiente e preciso que tem uma longa história de uso na França.

Quadro 2 - Cursos oferecidos pela escola.

Habilitação	Início	Término
Técnico em Contabilidade	1962	até hoje
Técnico Assistente Administração	1963	1983
Técnico em Secretariado	1964	até hoje
Técnico em Publicidade	1973	até hoje
Técnico em Estatística	1973	1975
Técnico em Comercialização e Mercadologia	1973	1976

Fonte: elaborado pela autora (2025)

O recorte temporal deste estudo inicia-se em 1962, ano da criação do Colégio Comercial Irmão Pedro como instituição escolar voltado ao ensino técnico até 1978, ano em que ocorre a segunda mudança em seu nome para Escola Estadual de 2º Grau Irmão Pedro, passando a atuar conforme o regimento escolar deste período. Diante disto, Bloch (2001) afirma que devemos estar atentos para o recorte temporal, para que seja possível compreender as rupturas existentes e reafirma:

Não é fácil delimitar um marco temporal. A delimitação exige muito conhecimento sobre o tema a ser pesquisado, pois apenas assim detectamos questões e períodos menos estudados e onde residem as principais dúvidas e contradições da historiografia. Ele tampouco é um elemento neutro na pesquisa. Ao analisarmos a historiografia devemos estar atentos aos recortes temporais escolhidos pelos autores que usamos. Pesquisas podem ignorar determinados períodos para legitimar governos e movimentos políticos, evitar questões polêmicas e ou isentar determinados sujeitos, grupos ou instituições de casos embaraçosos. O recorte temporal depende da formulação de um problema a ser investigado e da existência de condições que viabilizem o desenvolvimento do trabalho (Bloch, 2001, p.55).

É perceptível que, ao considerarmos um recorte temporal de um problema específico, podemos analisar essa instituição educacional, a qual passou por transformações ao longo dos anos, alterando seu currículo, sua estrutura de ensino e seu corpo docente, tudo isso influenciado pelas políticas públicas em vigor entre as décadas de 1960 a 1980.

3 METODOLOGIA

A metodologia é essencial na pesquisa científica, pois oferece a direção e a organização necessária para a coleta, análise e interpretação de dados de forma estruturada e acurada. Os métodos e técnicas utilizados formam um conjunto de procedimentos metodológicos que visam atingir as metas estabelecidas. Esta parte do trabalho discute os métodos já aplicados até agora, assim como os utilizados até a conclusão da pesquisa, permitindo assim a identificação, classificação e sistematização dos documentos analisados.

Mediante o levantamento das fontes documentais, revelou-se importante categorizar tal acervo existente e conservado na Escola Técnica Estadual Irmão Pedro. Como mencionado anteriormente, conta de um riquíssimo conjunto fotográfico que contabiliza mais de mil imagens. A partir de uma primeira sistematização, percebe-se pelo levantamento quantitativo, que há um número elevado de fotografias da década de 1970. Contudo, não foram identificadas, as motivações para que esta década possua mais registros fotográficos.

Retomando Barros (2019), percebe-se que o passado e a história estão interligados quando há vestígios de um determinado período histórico ou época a ser pesquisada. Os seres humanos no decorrer de sua existência, deixam marcas na sociedade que servirão de análise às futuras gerações que virão. Estudar a história da instituição escolar, a Escola Técnica Estadual Irmão Pedro, é olhar com os olhos atuais momentos importantes da trajetória escolar e constatar uma escola viva, ativa.

Nessa perspectiva, Hobsbawm (1998) afirma através da citação de Marx que os homens fazem sua própria história, mas não conforme suas escolhas, diretamente por meio do passado que são dadas e transmitidas essas circunstâncias, ou seja, mesmo que os seres humanos tenham a capacidade de moldar a sua história, essa capacidade é limitada pela circunstância histórica e social que herdaram. As pessoas são influenciadas por um contexto histórico específico, que não é resultado das escolhas individuais, mas sim de algo anterior em suas vidas...

3.1 Pesquisa histórica

Parte-se do pressuposto que segundo Barros (2019), as fontes históricas constituem uma espécie de “máquina do tempo” para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu “visor do tempo”, se pudermos tomar de empréstimo estas imagens que no momento ainda fazem parte da literatura ou filmografia de ficção científica.

Os vestígios de um passado, de uma sociedade, da cultura e costumes de determinado período histórico permanecem no presente através de relatos orais, imagens, fotografias, documentos, utensílios, objetos e na memória de todos que viveram determinado momento.

Para Barros (2019, p. 15), “este imenso conjunto de vestígios – dos mais simples aos mais complexos – constitui o universo de possibilidades das quais os historiadores irão constituir as suas fontes históricas”. É importante ressaltar que, a partir do século XX, com a interação entre Geografia e História, uma paisagem natural pode ser considerada como um documento de análise. Da mesma forma, a relação entre Linguística e História também permite a análise dos eventos linguísticos sob uma ótica histórica.

A definição de Barros (2019, p. 3) para ‘fontes’ ou ‘documentos históricos’

tanto os textos escritos de todos os tipos, como também o são as fotografias, os objetos de cultura material ou quaisquer outros conteúdos e materiais que os historiadores utilizem como vestígios para apreender a história um dia vivida e para, concomitantemente, escreverem a História no outro sentido, o de produto de um campo de saber.

De acordo com o autor há diversos tipos de fontes históricas. Há as fontes escritas (documentos oficiais, cartas, diários, registros de nascimento e morte, leis e relatórios), fontes orais (entrevistas, depoimentos, lendas, mitos, canções e tradições transmitidas oralmente), fontes materiais (artefatos, utensílios, ferramentas, construções, objetos encontrados em escavações arqueológicas), fontes iconográficas (pinturas, fotografias, ilustrações, gravuras), Fontes audiovisuais (filmes, gravações de áudio e vídeo, registros sonoros e audiovisuais em geral), fontes digitais (blogs, sites, redes sociais, e-mails, mensagens de texto e outros registros digitais).

As fontes históricas são fundamentais para a construção de uma narrativa

histórica confiável, pois fornecem evidências e testemunhos diretos dos eventos ocorridos, também podem corroborar para as informações entre si, fortalecendo a veracidade dos fatos narrados e evitando equívocos e interpretações errôneas, é através delas que será possível reconstruir o passado investigando e interpretando os vestígios deixados pelas gerações anteriores.

André Cellard (2008) em seu capítulo sobre análise documental salienta a importância dos documentos, pois através deles é possível algum tipo de reconstrução e afirma:

o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (Cellard, 2012, p. 295)

Para esta análise documental utilizarei o que o autor chama de “documentos públicos”, os arquivos públicos, em que compreende os arquivos escolares e os não arquivados, já que incluem os jornais, revistas, anúncios, circulares. Segundo Cellard (2008, p. 297) os “documentos arquivados” entendem-se que seja uma documentação guardada em um depósito de arquivos qualquer e que pode ser objeto de uma descrição, uma classificação, ou um tratamento concernente à conservação. Nesta perspectiva, Cellard afirma que é “impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja”. (Cellard, 2008, p.299)

Acerca do processo de avaliação dos documentos, Cellard (2008) apresenta em suas discussões cinco dimensões: o contexto; o autor e os autores; a autenticidade e a confiabilidade do texto; a natureza do texto; e os conceitos-chave e a lógica interna do texto, que tentam possibilitar um entendimento mais profundo do material supracitado, muitas vezes, rico de recursos imagéticos e múltiplos como fonte de memória.

Na análise documental, essa dinâmica suscita a ideia da inserção no contexto, amparado na noção da natureza da representação, cuja variação determina as concepções que se inferem. É o que Cellard (2008) chama de “crítica interna e externa ao documento”. É preciso ir além das primeiras impressões, pois assim como a arqueologia, onde os vestígios não estão previamente situados em

um espaço unitário, na análise documental, as diversas partes que formam o corpus investigativo são “desterritorializados”.

Ao que se refere a tipologia e a taxonomia das fontes¹⁸ foi adotado nesta pesquisa as fontes diretas (documentos originais, manuscritos, arquivos pessoais), as categorias das fontes históricas foram as fontes escritas (livros e documentos oficiais, cartas e diários, atas e registros) e as fontes visuais (fotografias e gravuras, filmes e documentários, obras de arte e cartazes), as aplicações utilizadas de arquivologia (organização e preservação de documentos com catalogação e digitalização).

Para esta pesquisa, foram analisados documentos oficiais e imprensa, nas fontes escritas constam os documentos, tais como: declarações, tratados, registros governamentais e legislações, na imprensa e publicações constam: jornais, revistas, panfletos, livros e fotografias.

A fotografia não é apenas um registro visual, já que molda a nossa percepção da realidade e merece uma análise crítica. A sua relação com a memória é complexa, ao refletirmos como a imagem fixa afeta nossa lembrança e interpretação do passado. Para Boris Kossoy (2001, p. 27) o mundo, a partir da Revolução Industrial e com o advento da fotografia, passa a ser portátil e ilustrado e afirma que

A descoberta da fotografia propiciaria, de outra parte, a inusitada possibilidade de autoconhecimento e recordação, de criação artística (e, portanto, de ampliação dos horizontes da arte), de documentação e denúncia graças a sua natureza testemunhal (melhor dizendo, sua condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências). Justamente em função deste último aspecto ela se constituiria em arma temível, passível de toda sorte de manipulações, na medida em que os receptores nela viam, apenas, a "expressão da verdade", posto que resultante da "imparcialidade" da objetiva fotográfica. A história, contudo, ganhava um novo documento: uma verdadeira revolução estava a caminho.

Dessa forma, a fotografia e suas narrativas fazem parte das lembranças desse grupo profissional que trabalhou na imprensa em várias fases do século XX. A autora Ana Maria Mauad (2008, p.26) revela que “suas memórias, aludindo à experiência fotográfica, fundamento da sua trajetória social, permitem que se amplie a capacidade cognitiva das imagens fotográficas”.

Kossoy (2001, p.32) ressalta que os conteúdos presentes nas fotografias não

¹⁸ O autor José Luiz Barros utiliza a referência de Júlio Aróstegui em seu livro intitulado: *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006. ISBN 8574603007.

devem ser interpretados como meras "ilustrações ao texto", pois

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou. É óbvio que as pesquisas históricas de um país nas quais fontes fotográficas são empregadas como meios de informação visual para a recuperação dos fatos passados não podem prescindir dos conhecimentos advindos das histórias da técnica fotográfica e dos fotógrafos, aqui entendidos enquanto autores daquelas fontes que no país atuaram em diferentes períodos.

Em consonância, Maria Ciavatta (2009, p. 114) em seu capítulo sobre fotografia afirma que:

Prevalecem os sentimentos, os jogos de linguagem, o sonho, os desejos, a transitoriedade. Como imagem, a fotografia participa do jogo de espelhos que mostra a Narciso a imagem que ele deseja ver, que pode ter uma, cem ou mil formas. Como documento, tal qual um monumento, ela mostra a realidade de um tempo e esconde, atrás de si, outros tempos que já não podemos ver senão pela sua aparência, pelos vestígios, pela representação objetiva\subjativa da realidade.

Ademais, assim como a memória é o olhar da vida, e o esquecimento é a opacidade, a morte. Na história, geram-se múltiplas formas de olhar (Ciavatta, 2008, p. 115). Objeto de culto e memória, à fotografia aplicam-se as análises de Pollak (1989, p.118), quando trata da memória e do esquecimento e destaca o que chama de trabalho de “enquadramento” da memória, que reinterpreta continuamente o passado de acordo com os embates travados no presente, em função da identidade dos grupos detentores dessa memória e da consolidação de uma história.

A partir da visão de Le Goff (1992), a reflexão sobre a natureza documental da fotografia implica também no seu tratamento enquanto monumento, ou seja, na análise de sua condição inevitável de construção histórica destinada à perpetuação de alguma memória, do ponto de vista do grupo social que produziu e\ou se apropriou das fotos (Pollak, 1989).

A riqueza documental preservada no acervo da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro serve como fonte de investigação para a presente pesquisa. É possível perceber através da categorização, inicialmente, elaborada a quantidade de documentos, fotos, registros de momentos tão significativos para escola e que a fizeram uma das principais escolas técnicas na capital gaúcha. Para Barros (2019, p.

15) “fonte histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferências, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente”.

Assim, as fotografias encontradas no acervo da escola são produtos culturais do passado e da época que este passado reflete, são a representação de determinado momento histórico, cristalizada no tempo. Para Ciavatta (2008, p. 117) é esse olhar que molda a vida e a forma de compreender e expressar o mundo reproduzido pela “máquina fotográfica”, portanto cada registro é parte de uma história e constitui, ele próprio, um princípio de memória.

Pelo viés de Bloch (2002) “o passado não é objeto da ciência”. Ao contrário, era no jogo entre a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa que a partida era, de fato, jogada. Temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível ao passado. Tal qual um “dom de fadas”, a história faria com o que o passado retornasse, porém de maneira intocada e pura. A história não era ciência do passado, também não poderia ser definida como uma ciência do homem.

Além disso, cada voz está sempre a ser analisada ou julgada pelos leitores, como em um sistema regulador. Então, corroboramos com essa ideia baseado no fato de que “a imprensa é o lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva, na medida em que cada criador está sempre a ser julgado pelo público, seja por outras revistas, seja pelos seus próprios companheiros de geração” (Nóvoa, 2002, p. 13). Dessa forma, a imprensa é uma linguagem que modela ou inspira formas de pensar e agir.

No entendimento de Marialva Barbosa (2010) o que chama a atenção é a linguagem adotada e os métodos utilizados, já no primeiro parágrafo convida o leitor: “A história só existe no presente porque o passado deixou inscitos, no nosso aqui e agora, vestígios múltiplos que indicam a existência desse passado” (Barbosa, 2010, p.11). A necessidade investigativa de explorar, pesquisar e reexaminar as eras passadas, além de sentir a essência de períodos antigos. A autora ressalta: “Cabe ao historiador seguir rastros deixados no presente, caminhando por esses traços em direção às imagens do passado”. Para ela, a imprensa também é pródiga em autorreferenciação:

Produz textos que falam de seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre suas relações com as instâncias do poder. Por trás das letras impressas, das fotos e das ilustrações publicadas, é possível remontar todo o circuito da comunicação: o que eram essas publicações, quem escrevia nesses jornais, para quem se escrevia e, sobretudo, que interpretações fazia esse leitor anônimo, que gradativamente, pelos indícios que um olhar mais detido poderá seguir, se transforma num ilustre conhecido (Barbosa, 2010, p. 11).

Refletir sobre a história, portanto, não significa apenas conduzir pesquisas históricas, mas utilizar a teoria histórica como base para a análise. O ponto central dessa abordagem é a interpretação: não se busca reconstituir os eventos tal como realmente ocorreram (já que isso é algo inalcançável), mas sim interpretar, com a bagagem subjetiva do pesquisador, os motivos que levam a uma ação social específica.

O campo da pesquisa histórica passou por um intenso processo de renovação teórico e metodológico, impulsionado pelo esforço de superação de uma historiografia que, em uma de suas formas, produzia uma descrição dos fatos eminentemente políticos e legais, construída sob os auspícios da tradição positivista; e, em outra de suas modalidades, fomentava uma narrativa carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos da vida social em detrimento de outras esferas da produção da vida social (Gatti Júnior, 2002).

A elaboração da interpretação requer uma realidade particular de formação social. Refletir de forma histórica implica situar os contextos sociais dentro de uma sucessão de fatos, eventos, práticas, tradições e instituições que se relacionam como um fluxo (passado e futuro). A análise histórica demanda a compreensão das questões sociais considerando as dimensões do espaço e do tempo, ou seja, a capacidade de perceber as transformações que ocorrem ao longo dessas dimensões.

Procuramos seguir suas pegadas, em traços que deixam registrados e que o tempo vai apagando paulatinamente”. Marialva Barbosa (2010, p. 253-254) reforça essa ideia, acrescentando:

Recuperar a face dos leitores do passado, também, não é tarefa fácil. Mas eles deixaram inúmeras marcas que podem remeter às formas como se relacionavam com os textos e, sobretudo, ao entendimento que faziam e produziam a partir daqueles textos.

O questionamento pelo qual a História passou no Século XX foi sobre a natureza e a qualidade do saber que ela produzia. A ideia de produção da verdade

absoluta e do saber absoluto em História foi colocada em xeque, sendo que formas de responder a este colapso da ideia de verdade na História podem ser vislumbradas tanto na ruptura com a historiografia tradicional, realizada, sobretudo, na França do entre-guerras (Gatti Júnior, 2002).

Retomando Bloch (2002) e Barros (2019), percebe-se que em ambos o passado e a história estão interligados quando há vestígios de um determinado período histórico ou época a ser pesquisada. Os seres humanos no decorrer de sua existência, deixam marcas na sociedade que servirão de análise às futuras gerações que virão. Estudar a história da instituição escolar, a Escola Técnica Estadual Irmão Pedro, é olhar com a percepção atual momentos importantes da trajetória escolar e constatar uma escola viva, ativa na comunidade, no grupo de pais e mestres e nos estudantes. Revisitar o passado através dos documentos proporciona perceber pessoas felizes em fazer parte da escola, perceber a luta de diretores para a construção e aprimoramento de salas, equipamentos, a infraestrutura inicial que permanece até os dias atuais.

O acervo documental preservado na Escola Técnica Estadual Irmão Pedro constitui a base de análise desta pesquisa. Ele reúne 1.984 fotografias, das quais serão selecionadas 1.373, referentes ao período de 1960 a 1980. Os documentos encontram-se armazenados na biblioteca da escola, em armário com chave sob responsabilidade da bibliotecária, distribuídos em trinta pastas contendo fotografias, jornais e outros registros. Parte das imagens está organizada em dois álbuns antigos, enquanto a maioria permanece solta em caixas ou sacos plásticos, sem identificação e sem separação por décadas.

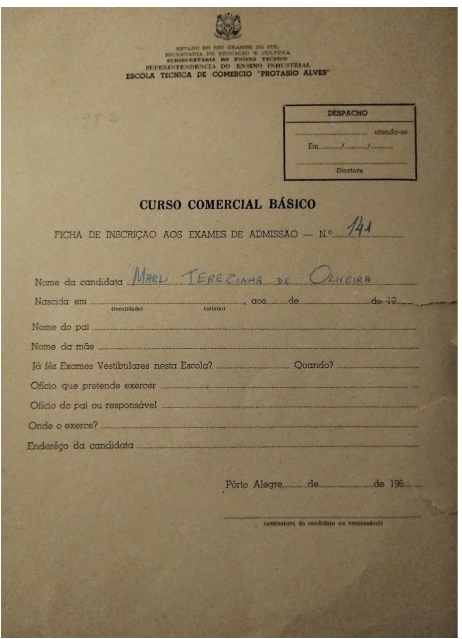
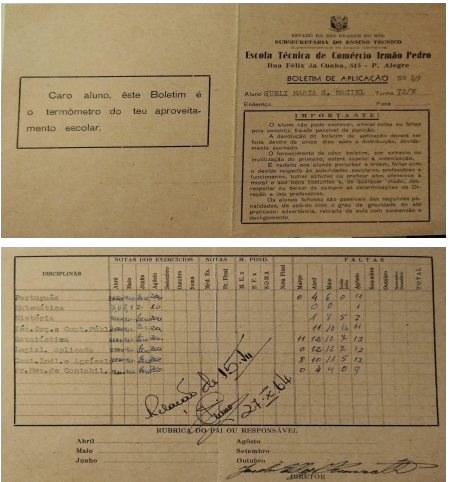
Há uma diversificação em relação às pastas, algumas são de papelão e outras de plástico, porém os documentos e fotografias encontram-se em excelente estado de conservação. Há um álbum com fotografias do período de fundação da escola, extremamente bem conservado e as fotografias são nítidas. Os documentos como: jornais, notícias, decretos e ofícios estão em doze pastas e não seguem uma ordem cronológica. Encontram-se misturadas as pastas de documentos e as de fotografias, os documentos que estão soltos: ficha de inscrição da década de 1960, dois boletins informativos da década de 1970, dois jornais do grêmio estudantil, um telegrama para o diretor na década de 1980.

Primeiramente, os quadros foram separados por categorias, o Quadro 3 refere-se aos documentos encontrados, o Quadro 4 às fotografias e o Quadro 5 às

notícias na imprensa, seguindo a temporalidade e identificação das fontes e, finalmente, foram contabilizados, conforme os quadros a seguir.

O Quadro 3 trata do acervo documental, ou seja, dos documentos escritos oficiais encontrados no acervo, o primeiro campo refere-se a década, o segundo campo o tipo de documento, o terceiro a identificação, o quarto campo a descrição do que contém no documento e, por fim, no quinto campo fotografias dos documentos:

Quadro 3 - Informações sobre acervo documental.

Década	Tipo de documento	Identificação	Descrição	Imagem
1960	Ficha inscrição ao exame de admissão	Aluna: Marli Terezinha	Colégio Comercial Irmão Pedro era anexo do Colégio Comercial Protásio Alves	
1964	Boletim de aplicação	Aluna: 1) Sueli Maria Maciel; Aluno: 2) Pedro Iplinski.	Colégio Comercial Irmão Pedro na Rua: Félix da Cunha, 515. Turma: 72\N e turma: 24\T	

Fonte: organizado pela autora (2025)

As imagens que constam no quadro demonstram achados iniciais desta pesquisa e incluem: ano, identificação, descrição e fornece um resumo da análise através do acervo documental presente na instituição escolar.

O Quadro 4 refere-se a uma breve sistematização das fotografias de acordo com as décadas analisadas, as temáticas encontradas com maior frequência e o seu quantitativo:

Quadro 4- Informações sobre as fotografias coletadas.

Temporalidade	Total	Descrição	Quantitativos
Década de 60	320	Aniversário fundação Irmão Pedro	55
		Confraternização professores	60
		Desfile cívico	48
		Cerimônias	55
		Miss Irmão Pedro	42
		Jogo/confraternização 6º aniversário IP	62
Década de 70	873	Prédio novo	124
		Prédio velho	135
		Desfile cívico	89
		Confraternizações e jantares	229
		Criança na avenida	65
		Formaturas	97
		Aniversário Irmão Pedro	134
Década de 80	180	Semana da pátria	28
		Campeonatos de vôlei e futebol	18
		Desfile cívico	34
		Criança na avenida	22
		Festa de encerramento	32
		19º aniversário IP	46

Fonte: organizado pela autora (2025)

O primeiro campo do Quadro 5 refere-se ao período de publicação das

notícias, o segundo retrata os jornais em que as notícias foram publicadas com o seu quantitativo e no terceiro a quantidade total de cada período citado:

Quadro 5 - Informações sobre as notícias coletadas.

Temporalidade	Fonte: Jornais	Quantidade
20/03/77 a 22/12/77	A razão de Santa Maria: 10	103
	Correio do Povo: 55	
	Diário de Notícias: 25	
	Folha da Tarde: 10	
	Jornal do Comércio: 3	
27/03/79 a 10/10/79	A Razão de Santa Maria: 4	67
	Correio do Povo: 23	
	Diário de Notícias: 10	
	Folha da Tarde: 14	
	Jornal do Comércio: 16	
25/02/80 a 08/05/80	Correio do Povo: 7	8
	Folha da tarde: 1	

Fonte: organizado pela autora

As notícias estavam armazenadas em pastas, sem organização por critérios temáticos e cronológicos. Em sua maioria possuem data e fonte, porém não consta página do jornal em que foi retirado. As publicações eram frequentes, principalmente na década de 70. A sua organização foi realizada a partir dos critérios cronológicos.

Os referidos jornais da tabela acima compreendem o período mencionado e em sua maioria circulavam na grande Porto Alegre. O Diário de Notícias foi um dos principais jornais do Rio Grande do Sul no século XX. Pertencente aos “Diários Associados” de Assis Chateaubriand – o maior conglomerado de meios de comunicação nos anos 50 e 60 no Brasil –, o Diário é um dos protagonistas da história da imprensa gaúcha. O *Diário de Notícias* foi um jornal brasileiro de Porto Alegre. Foi fundado em 23 de outubro de 1924, com a criação da Sociedade Anônima Gráfica Porto-alegrense.

Folha da Tarde foi um jornal brasileiro publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior em Porto Alegre, de 1936 até 1984. O jornal destacou-se por colunas de opinião que driblavam a censura da ditadura militar, como a de Ivette Brandalise e a do próprio Jockymann. Até mesmo um colunista que não existia de verdade foi criado, para que pudesse ser ousado em suas alfinetadas.

A primeira edição do *Correio do Povo* saiu em uma terça-feira, com quatro páginas divididas em seis colunas e 2 mil exemplares. A redação ficava na Rua dos Andradas, 132. Pouco mais de três anos depois, já eram impressos 4,5 mil exemplares. Desde então, o *Correio* passou a ostentar no cabeçalho os seguintes dizeres: *O jornal de maior circulação e tiragem do Rio Grande do Sul.*

Tendo em vista, a importância da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro no contexto da educação profissional na capital gaúcha foi realizada a análise documental das fotografias e dos jornais encontrados no acervo da instituição escolar, realizando a sistematização e catalogação, também foi feita a digitalização e fichamento dos documentos, contendo informações relevantes, tais como: ano, data (se houver), tipo de documento, local, evento, fonte, descrição, características e temáticas. Através desta organização foi possível produzir o site e seu roteiro. A análise de jornais respondeu às questões de tipo, data, título do artigo, seção página, tema principal, resumo, perspectiva e observações. Além disso, foram selecionadas imagens, documentos para a elaboração do site institucional e a sua avaliação perante a comunidade escolar.

3.1.1 Ensino Técnico e imagens

O vasto acervo institucional da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro possibilitou a identificação de imagens da década de 1960 a 1980 e tentou-se preservar uma ordem cronológica e temática das fotografias encontradas e levou-se em consideração determinados autores para compor o referencial teórico (Kossoy, Hobsbawn, Le Goff, Saffiotti, Mauad, Bencosta).

O primeiro diretor do Irmão Pedro (Figura 2), Gerson de Castro, pode ser localizado no centro da imagem, que data de 1962. A imagem em preto e branco retrata um evento formal com um grupo de homens e uma audiência. No primeiro plano, há uma plateia sentada, enquanto um homem em pé prestes a discursar. Ao fundo, uma mesa com homens e as bandeiras do Brasil e do Rio Grande do Sul

estão visíveis. O orador parece dinâmico, destacando um aspecto da conversa.

Figura 2 - Primeiro diretor da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro.



Fonte: Acervo da escola.

Há também o registro de um desfile cívico (Figura 3) onde jovens carregam uma faixa escrita "COL. COM. IRMÃO PEDRO". Uma multidão de pessoas observa ao longo das ruas cercadas por prédios antigos. Um estabelecimento chamado "CASA CENTRAL" é visível, assim como um reservatório de água elevado ao fundo. Os jovens são estudantes do "Colégio Comercial Irmão Pedro".

Figura 3 - Desfile cívico.



Fonte: Acervo da escola.

É importante analisar criticamente as fontes históricas, considerando-as como parte de práticas sociais e não apenas como registros do passado. Cada fonte deve ser entendida como um artefato cultural com uma função social e uma história própria ao longo do tempo. A noção de fonte histórica deve ser analisada criticamente, considerando-a como suporte de práticas sociais, superando a visão simplista de que as fontes contêm o passado e se revelam ao olhar do presente apenas por sua existência. Toda fonte histórica é o resultado de uma operação histórica (Certeau, 1979). “Não fala por si mesma; é necessário formular perguntas e levar em conta sua natureza como artefato e objeto da cultura material, associado a uma função social e à sua trajetória ao longo do tempo” (Mauad, 2008, p. 21).

Há uma fotografia em preto e branco (Figura 4) que exhibe a fachada de um edifício escolar, destacando um muro de alvenaria com um portão metálico. O letreiro acima do portão identifica o local como "Colégio Comercial Irmão Pedro", vinculado à "Secretaria de Educação e Cultura". O estilo arquitetônico é simples e funcional, típico de construções públicas do século XX. A rua em frente é pavimentada com paralelepípedos e parece tranquila, o que é característico de um ambiente urbano. A imagem transmite uma sensação de sobriedade, apropriada

para um edifício escolar. Além disso, a construção de edifícios escolares em áreas urbanas foi uma preocupação das administrações estaduais, buscando destacar esses locais como símbolos de um ideal republicano e que deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, conforme menciona Bencosta (2001, p. 105).

Figura 4 - Antiga fachada da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro.



Fonte: Acervo da escola.

No interior de uma sala de aula dedicada ao ensino de datilografia (Figura 5) é possível identificar jovens mulheres que estão sentadas em mesas dispostas em filas, cada uma concentrada em sua máquina de escrever manual, comum em escolas de secretariado da época. As vestimentas e penteados sugerem que a cena ocorreu em meados do século XX ou antes. Nas mesas do primeiro plano, é possível ver textos escritos e as legendas "SALA-18" e "SALA-13", que indicam o número da sala ou a identificação das mesas. Esses detalhes reforçam a organização metódica do ambiente, transmitindo um clima de concentração e aprendizado, destacando o empenho das estudantes no desenvolvimento de suas habilidades. O preto e branco, aliado ao estilo das máquinas, evoca uma sensação nostálgica e histórica.

Figura 5 - Registro de aula de datilografia.



Fonte: Acervo da escola.

A biblioteca (Figura 6) foi registrada por estantes repletas de livros. No centro, um grupo de sete estudantes está sentado em uma grande mesa de madeira, todos envolvidos na leitura de livros, jornais e revistas. Um deles lê um jornal de grande formato, enquanto uma jovem ao fundo, em pé, organiza livros nas estantes. A mesa robusta serve como ponto focal para o grupo e seus materiais de leitura variados. A iluminação é mista, sugerindo uma atmosfera tranquila e silenciosa, típica de uma biblioteca. Para Saffioti (2013), a reação aos primeiros movimentos de democratização da inserção feminina nos espaços predominantemente masculinos, fossem de produção industrial, fossem de formação profissional, associados tanto à indústria como às escolas de ensino industrial.

Figura 6 - Registro da biblioteca da escola.



Fonte: Acervo da escola.

Um evento formal foi registrado, possivelmente relacionado a uma instituição educacional, dado o grande número de jovens mulheres vestindo camisetas semelhantes (Figura 7). A disposição das cadeiras e a atenção do público voltada para um ponto fora do enquadramento indicam que algo importante está acontecendo, como uma palestra ou cerimônia. A presença de homens, embora em menor número, e a variedade de vestuário nas fileiras de trás sugerem uma diversidade dentro do público.

Figura 7 - Registro de um evento estudantil.



Fonte: Acervo da escola.

A iluminação natural proveniente das janelas contribui para a atmosfera do evento. Além disso, a menção à marca ou etiqueta no canto inferior esquerdo pode indicar uma conexão com a identidade da instituição ou do evento. É importante lembrar que fotografias e documentos têm o poder de moldar narrativas históricas, refletindo as intenções de quem os produz e preserva, como discutido por Le Goff e outros autores. Isso nos lembra da necessidade de uma leitura crítica dessas imagens, considerando o contexto e as possíveis omissões na narrativa que elas apresentam. As fotografias, assim como os documentos em geral, precisam ser lidas com cuidado, tomadas como monumentos destinados a produzir uma memória que se combina muitas das vezes com o apagamento de outras fontes. Sabemos que sociedades e instituições produzem e/ou preservam documentos com muitas intencionalidades, até mesmo a de gerar uma narrativa histórica ideologicamente determinada (Le Goff, 1996; Pinsky e Luca, 2009).

O registro de um jogo de voleibol ao ar livre (Figura 8), não apenas captura um momento esportivo, mas também reflete a dinâmica social e as memórias coletivas que se formam em torno de eventos como este. A qualidade da imagem,

embora obscurecida, não diminui o impacto visual e emocional da cena. A citação de Hobsbawm (1990, p. 23) mostra que a memória é individual, mas também é social, pois depende do relacionamento do indivíduo com os grupos com os quais travou conhecimento e manteve contato. Sendo assim, no ato de lembrar, temos como pontos de referência “campos de significados”, ou seja, espaços sociais (família, escola, trabalho, lazer, religião etc.) em que são estabelecidos laços afetivos que criam o pertencimento ao grupo. Assim, ao relembrar momentos como este, estamos também conectando nossas experiências individuais a um contexto social mais amplo, onde laços afetivos e pertencimento são fundamentais. Assim, essa fotografia não é apenas um registro visual, mas um convite à reflexão sobre as relações e memórias que construímos em grupo.

Figura 8 - Jogo de voleibol.



Fonte: Acervo da escola.

Em outro registro é possível identificar um grupo de jovens (Figura 9), ao todo doze pessoas, lado a lado em uma única linha e vestem roupas coordenadas: camisetas claras e calças escuras. Um logotipo estilizado, possivelmente um "P", destaca-se nas camisetas, unificando o grupo. A pose formal e o olhar direto para a

câmera sugerem um registro oficial. A imagem transmite organização reforçada pelo vestuário uniforme e o logotipo. Dessa forma, como afirma Kossoy (2002, p. 255) a fotografia congela uma imagem, imortalizada como cena que será objeto de investigação para o historiador. No caso das vistas urbanas, a imagem fotográfica permite observar as transformações ocorridas num determinado espaço através do tempo. O espaço é construído pelo olhar fotográfico através do enquadramento, que seleciona os limites contidos em um espaço maior existente.

Figura 9 - Grupo de jovens uniformizados.



Fonte: Acervo da escola.

A logomarca que consta na lateral das imagens selecionadas pertence a JR Foto Press ficava localizado na Rua Pedro Boticário, 175 em Porto Alegre. Centenas de fotografias possuem esse estúdio fotográfico como referência, evidencia-se uma parceria de décadas com a escola. Atualmente, é uma residência e não há indícios de que algum dia foi um estúdio de fotografia. A maioria das fotografias encontradas e selecionadas da instituição escolar são deste estúdio fotográfico.

Como mencionado anteriormente, o vasto acervo institucional da escola representa um patrimônio de inestimável valor histórico, cultural e educacional. Ele

guarda a história da instituição e mostra como a sociedade e a educação mudaram ao longo do tempo. Manter esse acervo bem organizado e preservado é essencial para manter viva a identidade da escola, além de servir de fonte de pesquisa, inspiração e sentimento de pertencimento para alunos, ex-alunos, professores e toda a comunidade. Ao cuidar e valorizar esse patrimônio, a escola reafirma seu compromisso com a memória coletiva e com a formação de gerações, para que conheçam sua história e entendam seu papel na sociedade.

3.2 Criação de sites e disponibilização de acervos históricos

A criação de um site dedicado à conservação e acesso a coleções históricas envolve um processo que integra aspectos tecnológicos, educacionais e de patrimônio. Essa proposta visa combinar a memória institucional com a acessibilidade na internet, promovendo a preservação dos registros e o alcance a públicos diversificados.

Para Bica (2019) “algumas questões teóricas guiam o desenvolvimento do trabalho, começando pela definição do site como um repositório digital”, uma vez que, para o autor, os repositórios digitais constituem bancos de dados online que organizam a produção científica de uma instituição ou de um tema específico. A compreensão dos acervos e repositórios digitais apresenta esses espaços institucionais como criados “com o objetivo de preservar a documentação, diminuir distâncias, aumentar o acesso, dar visibilidade ao que foi ou está sendo produzido pelos indivíduos e ainda contribuir com a produção do conhecimento” (Pires, Amorim, 2020, p.7).

Alessandro Bica (2019) também enfatiza a relevância da digitalização dos documentos, pois apresenta-se como uma estratégia fundamental tanto para a preservação, como conservação e difusão das fontes históricas, uma vez que ao transformar os documentos em objetos digitais, ficam a salvo da necessidade de manuseio, da ação das questões climáticas e, como consequência da ação do tempo. Para Greenhalgh (2011) é importante termos ciência que:

A digitalização deve ser vista como forma de preservação do material e não como meio de descarte dos originais. As atividades como higienização, conservação e controle do ambiente e equipamentos devem ser colocadas como primárias no setor. Ou seja, a digitalização, ao invés de dispensar o acervo de cuidados mais criteriosos, exige um reforço na preservação do mesmo. (Greenhalgh, 2011, p.3)

É importante salientar que as fontes são matéria-prima do historiador e tudo que o homem produz, seus gostos e costumes, suas maneiras de ser e tudo o que significa a sua presença. Elas permitem a escrita da história, por meio da compreensão e interpretação. Saviani (2004) define fonte ao dizer que:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano de conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. (Saviani, 2004, p.5)

Para Giana do Amaral (2015) há um processo importante em visitar a história e as memórias de determinadas instituições escolares, pois através dela e

não só da sua história passada, estática, imutável, que fica nas prateleiras e arquivos, mas da história viva, contada, construída, que faz emergir do possível esquecimento fatos do cotidiano escolar de hoje e de outros tempos. É um espaço no qual quem tem história para contar - e todos temos - retorna à escola para se encontrar com as novas gerações e realizar importante exercício de lembrar, ou seja, trazer à memória dos que aqui estão fatos e acontecimentos que se perderiam com o tempo. (Amaral, 2015, p. 329)

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

4.1 Organização e Avaliação do Produto Educacional

Esta etapa pode ser dividida em 5 partes: elaboração do questionário, definição e produção do produto educacional (site), aplicação para avaliação, análise dos dados coletados e ajuste no produto educacional. A primeira etapa foi realizada concomitante ao desenvolvimento do projeto e foi submetida ao Comitê de Ética (CEP), ver anexo C.

O produto foi disponibilizado para avaliação no período de 01 a 10 de setembro. Participaram da avaliação: equipe diretiva da escola, professores e ex-professores. Foram selecionados os que possuíam mais tempo de instituição. Foram convidadas 11 pessoas e essas 11 pessoas avaliaram o produto educacional. Os avaliadores puderam ter acesso ao produto e uma pequena descrição do produto por meio do site: <https://sites.google.com/educar.rs.gov.br/histrias-e-memrias/in%C3%ADcio>. O site foi estruturado nas seguintes seções: início, documentos, origem, patrono, cursos oferecidos, linha do tempo, sobre e avaliação. Este site será provisório, pois há a intenção é que o material seja alocado no site da escola técnica estadual Irmão Pedro posteriormente:

<https://sites.google.com/educar.rs.gov.br/eteirmaopedro/in%C3%ADcio?authuser=0>

Para a avaliação do produto educacional foi utilizado como ferramenta de avaliação um formulário online, no qual os avaliadores convidados deveriam preencher conforme suas percepções a respeito do produto educacional. O questionário foi composto em duas seções. Na primeira consta o aceite para responder ao questionário, conforme orientação do comitê de ética. Na segunda seção foi questionado sobre: preservação das memórias; relevância do projeto para o avaliador e foi disposto um espaço para considerações gerais.

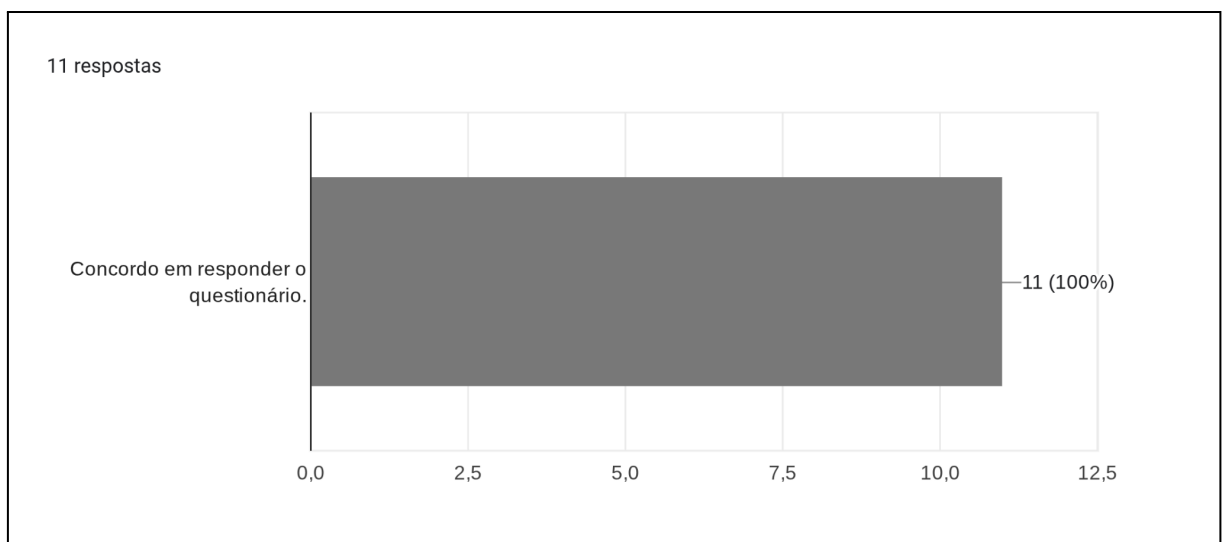
4.2.1 Análise das Respostas dos Avaliadores

Este subcapítulo será apresentado e analisado todos os questionamentos respondidos pelos avaliadores. Nele, também será apresentado gráficos de todas as respostas, dos mesmos.

Na segunda seção, os avaliadores foram questionados sobre: se o site possui linguagem acessível, aborda temáticas importantes sobre a instituição, se oferece informações sobre os fundadores e pioneiros da escola, se há uma linha cronológica dos acontecimentos históricos da instituição de ensino, se o conteúdo é organizado e estruturado, se é possível conhecer o itinerário histórico da escola, a trajetória do seu patrono, se as fotografias possuem um tom nostálgico e se demonstram a importância da escola ao longo das décadas mencionadas de 1960 a 1980, os documentos (jornais, certificados, diplomas, convites de formatura) se possuem relevância histórica ou documental, por fim há uma pergunta de resposta curta se quiser deixar uma sugestão, crítica ou elogio sobre o produto educacional.

A pesquisa abrangeu 11 participantes representados no Gráfico 1:

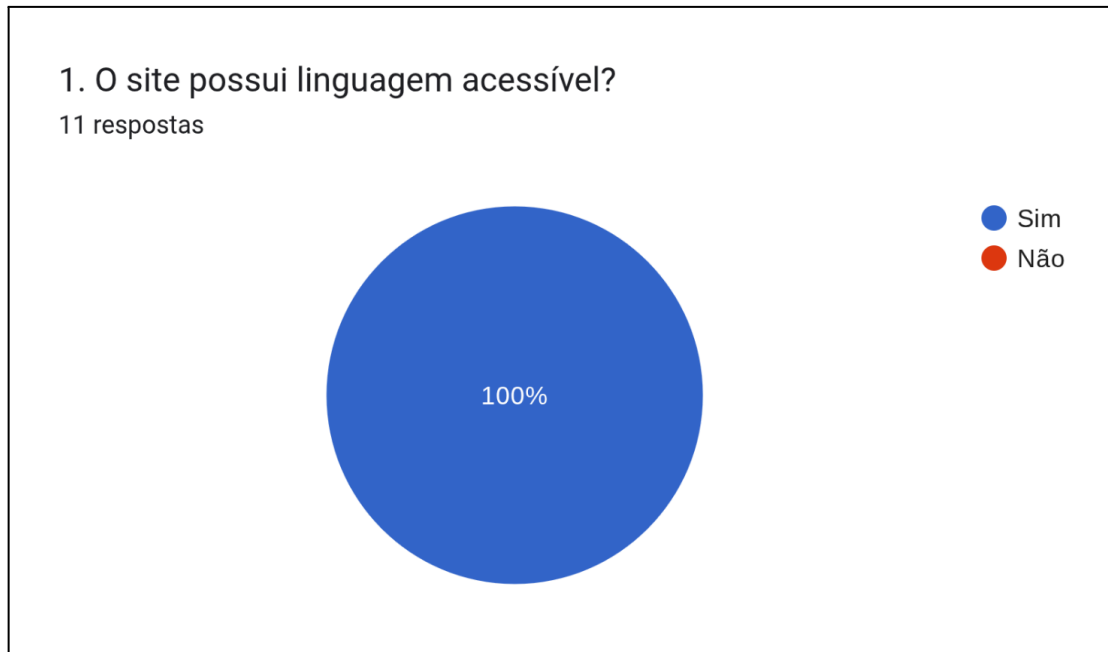
Gráfico 1 - Aceite de participação da pesquisa no formulário do PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A segunda pergunta do formulário avaliativo foi se o site possui linguagem acessível. Os 11 participantes responderam que sim.

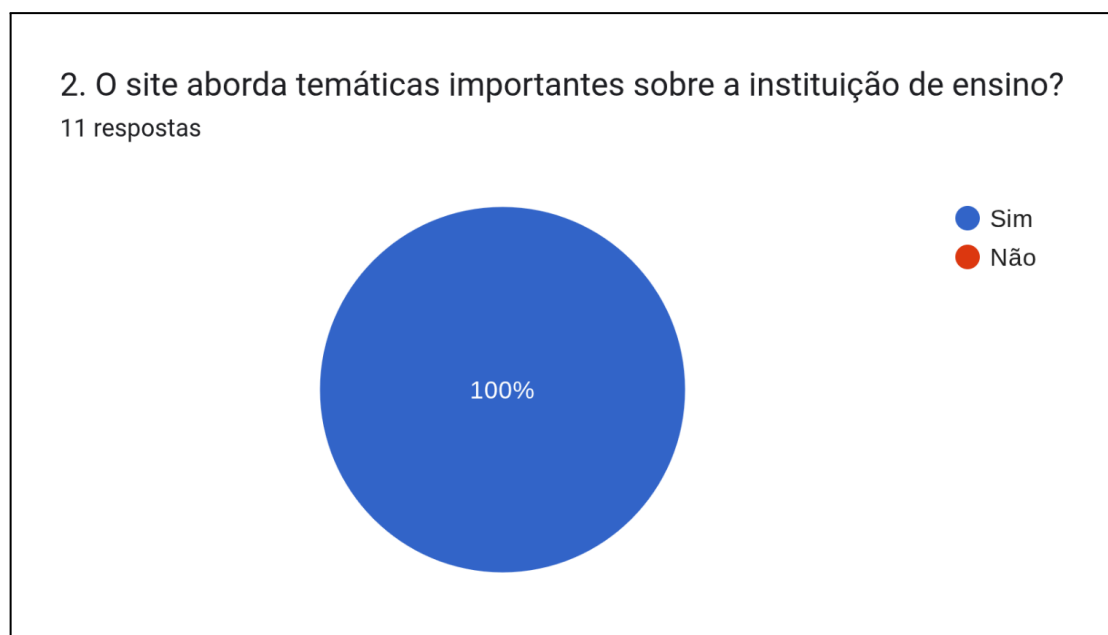
Gráfico 2 - segunda pergunta do formulário avaliativo PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A pergunta de número 3 foi se o site aborda temáticas importantes sobre a instituição de ensino.

Gráfico 3 - Terceira pergunta do formulário avaliativo PE

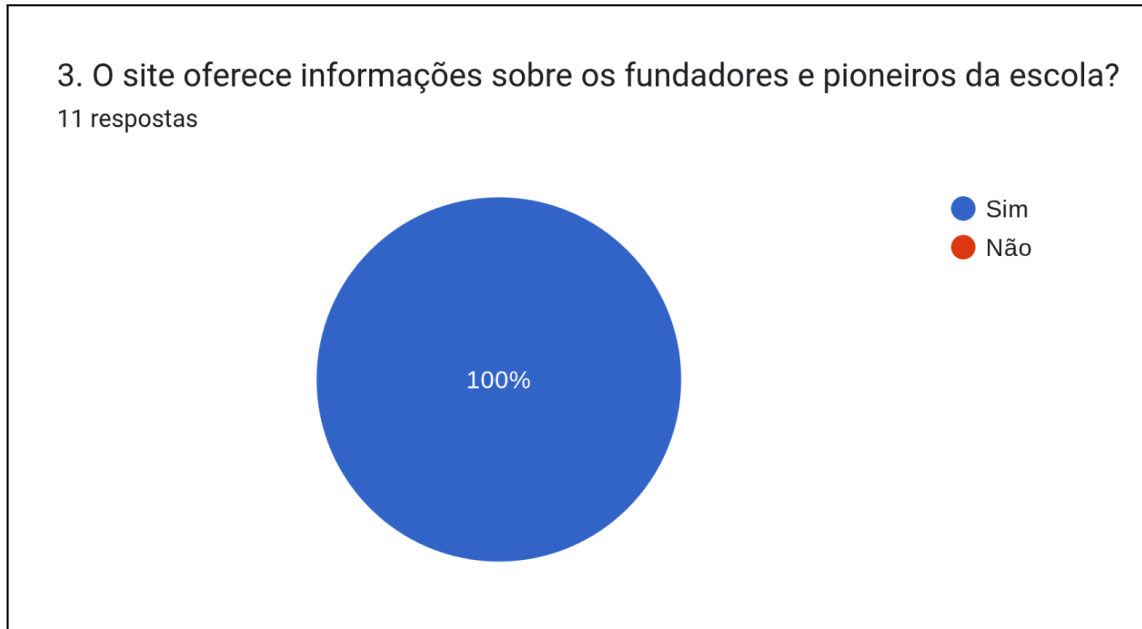


Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A pergunta de número 4 aos participantes é se o site oferece informações

sobre os fundadores e pioneiros da escola.

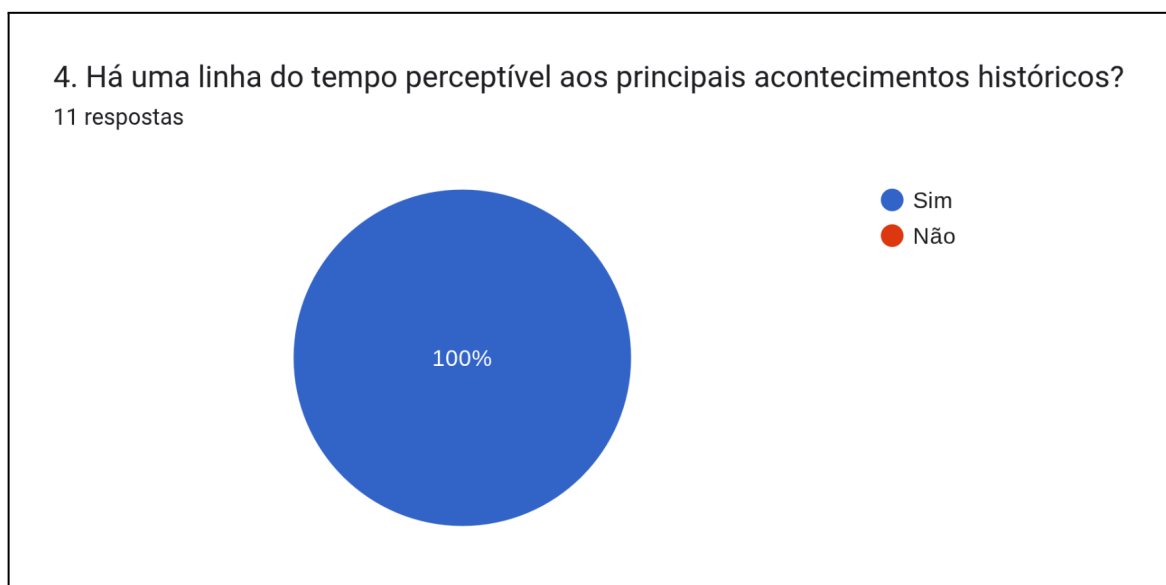
Gráfico 4 - Quarta pergunta do formulário avaliativo PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A quinta pergunta aos participantes é se foi possível visualizar os principais acontecimentos históricos através da linha do tempo presente no site.

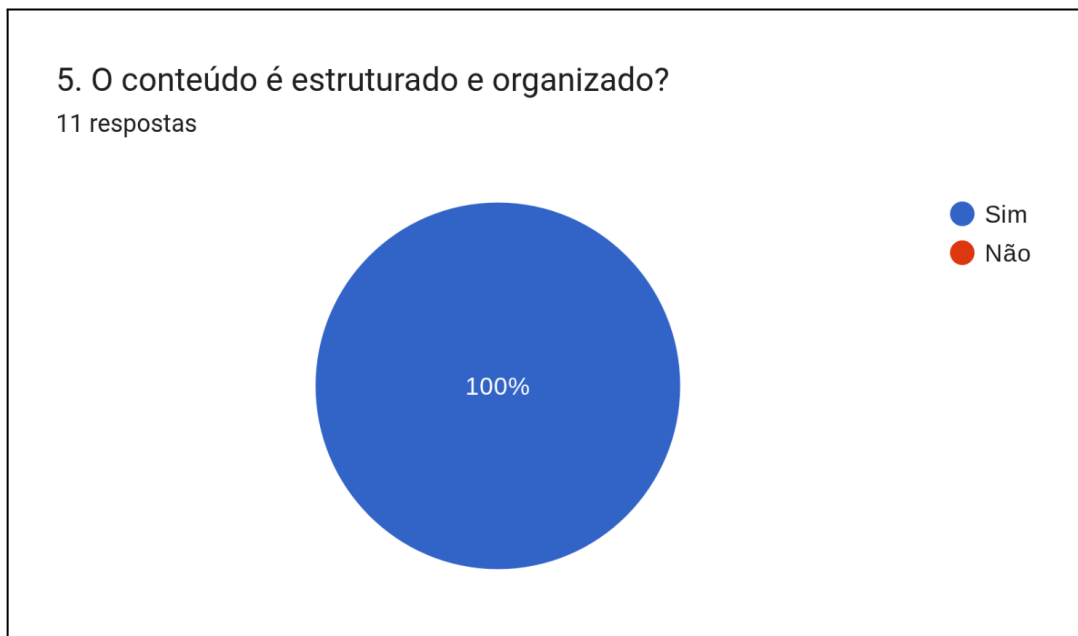
Gráfico 5 - Quinta pergunta do formulário avaliativo PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A sexta pergunta feita aos participantes é se o conteúdo do site é estruturado e organizado. Das 11 respostas, todos avaliaram que sim.

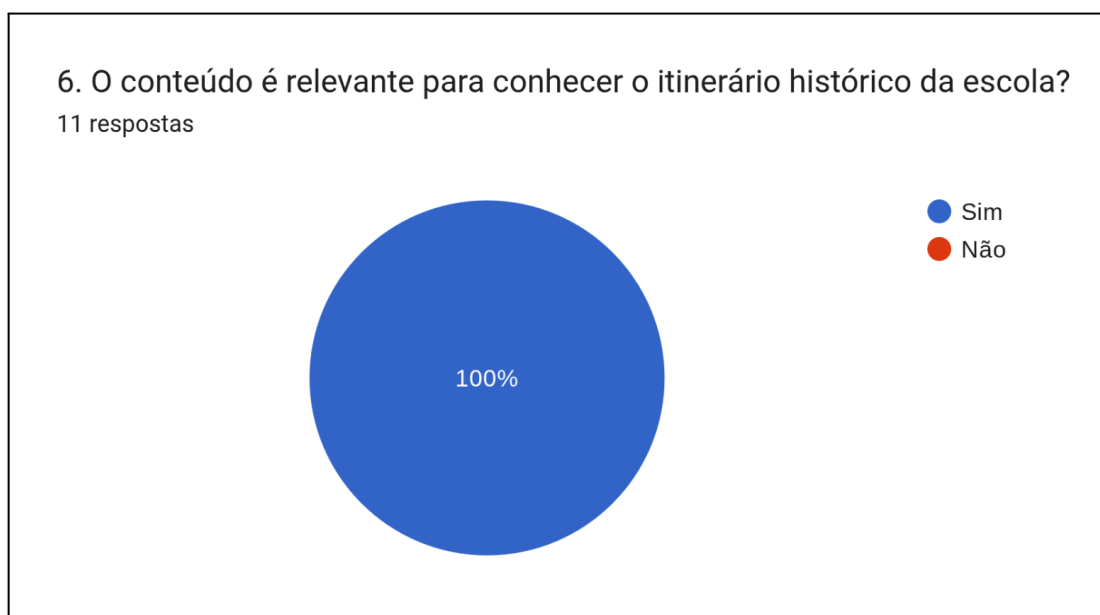
Gráfico 6 - Sexta pergunta do formulário avaliativo PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A sétima pergunta feita aos participantes é se foi possível conhecer o itinerário histórico da escola. Das 11 respostas, todos avaliaram que sim.

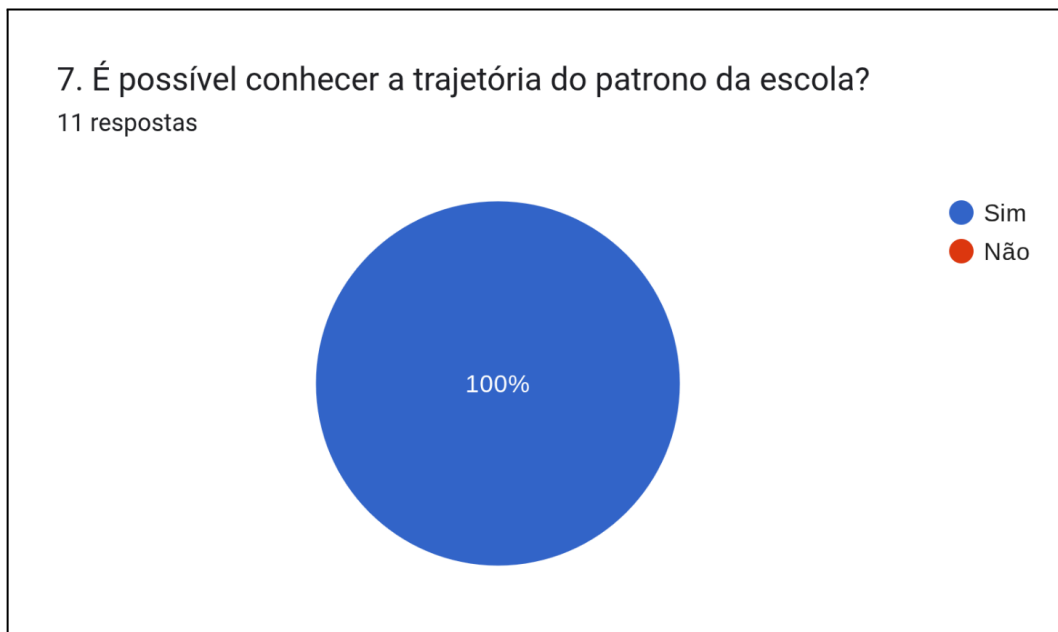
Gráfico 7 - Sétima pergunta do formulário avaliativo PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A oitava pergunta feita aos participantes é se foi possível conhecer a trajetória do patrono da escola. Das 11 respostas, todos avaliaram que sim.

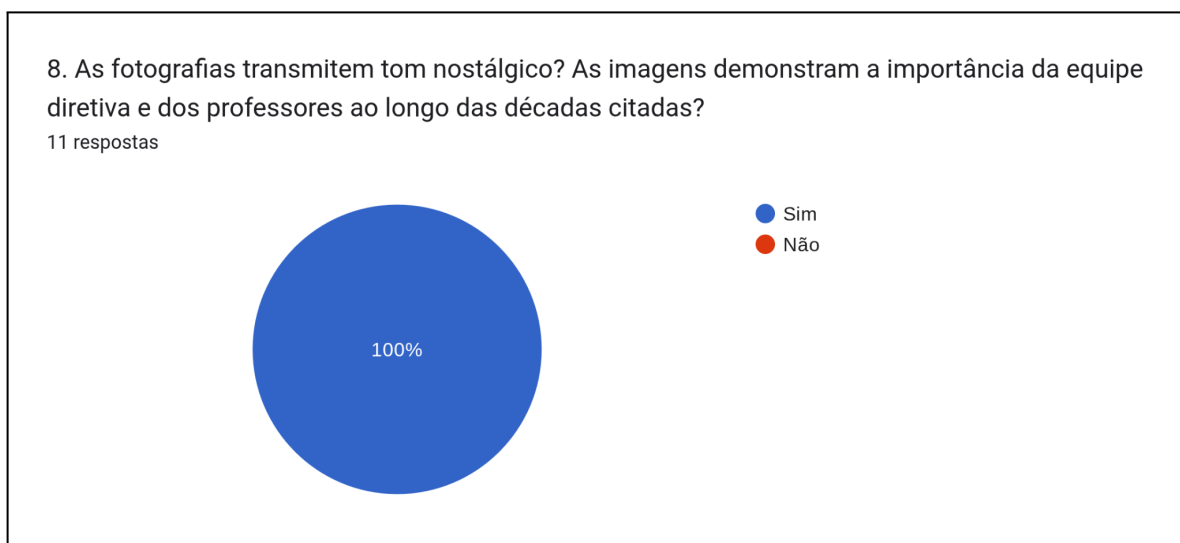
Gráfico 8 - Oitava pergunta do formulário avaliativo PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A nona pergunta feita aos participantes é se as fotografias transmitem nostalgia e as imagens disponibilizadas no site revelam a importância da equipe diretiva e dos professores. Das 11 respostas, todos avaliaram que sim.

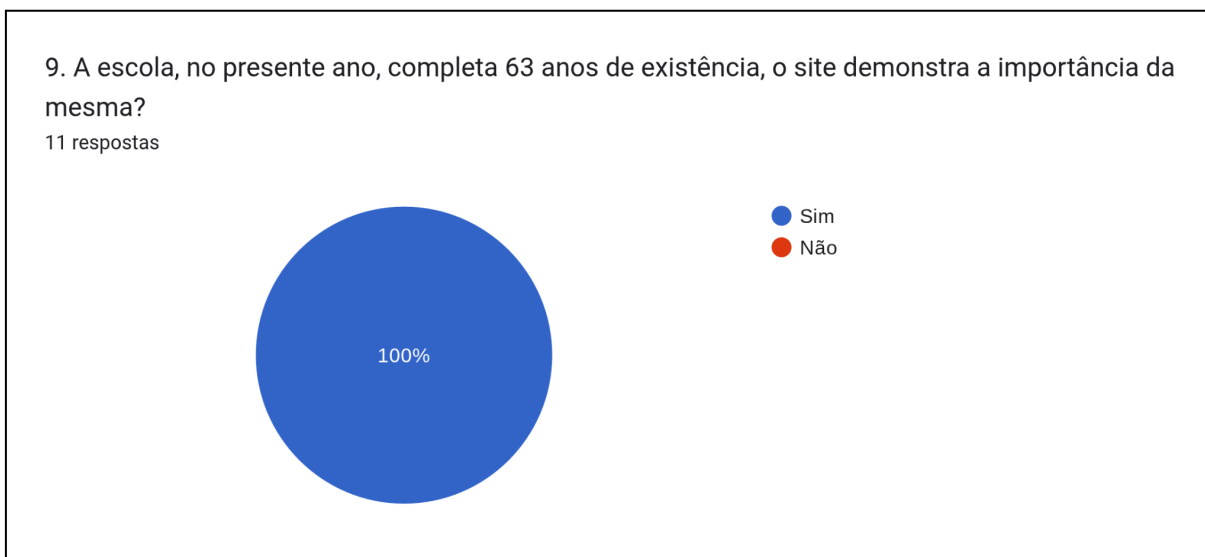
Gráfico 9 - Nona pergunta do formulário avaliativo PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A décima pergunta feita aos participantes é se as fotografias transmitem a importância da escola ao longo dos seus 63 anos de existência na capital gaúcha. Das 11 respostas, todos avaliaram que sim.

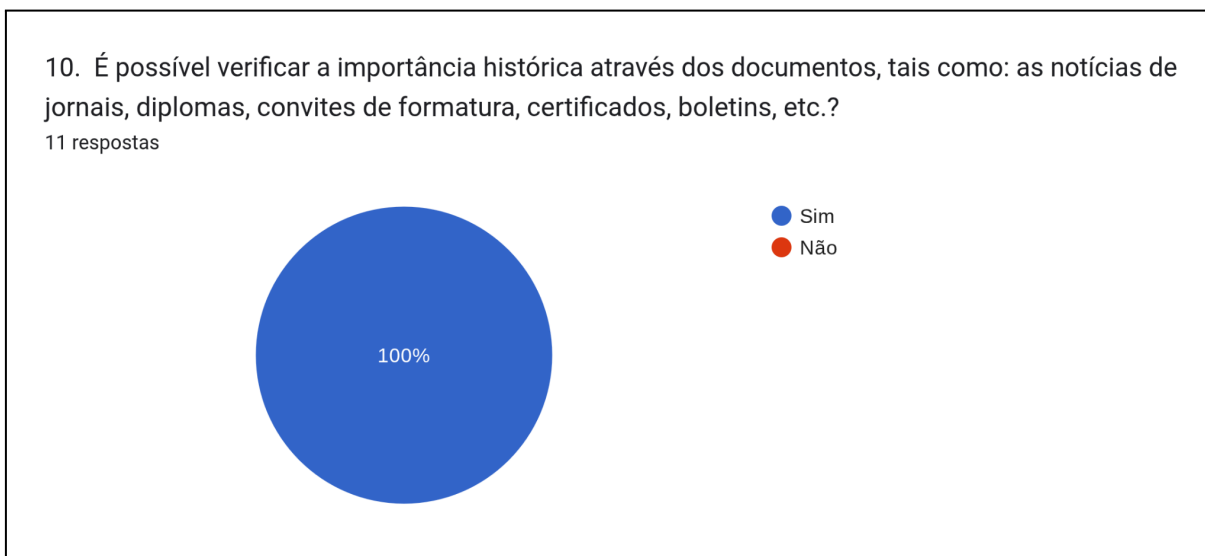
Gráfico 10 - Décima pergunta do formulário avaliativo PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A décima primeira pergunta feita aos participantes é se os documentos presentes (diplomas, jornais, certificados, convites de formatura, boletins) revelam sua importância histórica. Das 11 respostas, todos avaliaram que sim.

Gráfico 11 - Décima primeira pergunta do formulário avaliativo PE



Fonte: desenvolvido pela pesquisadora via Google Forms (2025).

A última pergunta do formulário avaliativo do PE coletou impressões e mensagens dos participantes. Percebe-se que o site atingiu os objetivos iniciais que motivaram a sua construção e o seu desenvolvimento nesta pesquisa. Dos 11 participantes, seis deixaram a sua contribuição.

Figura 10 - Impressões e Mensagens dos Avaliadores do PE

11. Se assim desejar, deixe alguma mensagem ou contribuição sobre a pesquisa para a pesquisadora.

6 respostas

Excelente produção da pesquisadora.

A pesquisa, me trouxe memórias muito boas.

Parabéns pela iniciativa. A contribuição com a memória da educação no estado do Rio Grande do Sul é a base para o conhecimento gerador de um futuro que não repita erros passados.

Está tudo excelente. Parabéns pela pesquisa.

Muito relevante.

Como ex aluna e atualmente professora, nesta escola, pude reviver e sentir a importância do ensino técnico, através da pesquisa aqui apresentada.

Fonte: extraído do formulário avaliativo via Google Forms (2025).

Para encerrar este capítulo, é importante mencionar que a avaliação do site foi extremamente satisfatória e o objetivo acredito que tenha sido alcançado desde o roteiro para criação, estruturação e finalização. As perguntas pretendiam avaliar se o conteúdo, linguagem, linha temporal, fundação da escola e seu patrono resgataram a memória de quem vivenciou a escola e da importância da mesma. A pergunta final, na qual teve seis comentários, confirma um dos objetivos iniciais da pesquisa que é resgatar a memória desta instituição de ensino e deixar para futuras gerações e para comunidade escolar um registro afetivo e histórico de sua trajetória, preservando assim a identidade, os valores e as contribuições que marcaram sua existência ao longo do tempo.

Desta forma, uma das inquietações que surgiram ao longo da pesquisa foi a forma de como a escola foi adquirida pelo governo do estado e nos documentos obtidos através da matrícula do imóvel (ver anexo A) e dos jornais da época,

mencionam a antiga fábrica de fogões que serviu de origem para a escola e a desapropriação dos imóveis ao seu entorno. Através do portal do cidadão foi possível obter a matrícula da escola e os imóveis que foram desapropriados, o valor pago pelo governo do estado e o nome da fábrica de fogões que havia no imóvel (ver anexo B). Acredito que desta forma consegui confirmar os dados iniciais da pesquisa e pude comprová-los, ou seja, de fato vários imóveis foram desapropriados pelo governo estadual e havia uma fábrica de fogões, foi possível ter conhecimento dos seus dados através da matrícula do imóvel. Esses dados foram repassados à atual direção escolar, para que futuramente outros pesquisadores possam utilizar tais informações.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

O site “Histórias e Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro” (Figura 11) foi desenvolvido durante a pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O Produto Educacional o site “Histórias e Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro” objetiva registrar a história desta escola técnica na capital gaúcha por meio de fotografias e documentos impressos ou digitais, da época de sua implantação. o produto foi avaliado pela equipe diretiva (diretor, supervisor, vice-diretor, professores) ao final da aplicação do Produto Educacional, por meio de navegação no website.

Figura 11 - Visão geral do produto educacional gerado: *site*.



Fonte: organizado pela autora (2025).

Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro, acessível em: <https://sites.google.com/educar.rs.gov.br/histrias-e-memrias/in%C3%ADcio>, aborda a fundação do Colégio Comercial Irmão Pedro entre os anos de 1960 a 1980. Através de imagens, documentos e recortes de jornais, que incluem informações sobre sua criação e seu patrono, o objetivo foi criar e relatar uma narrativa de um período já vivido por essa instituição e pelas pessoas que nela estiveram envolvidas. As memórias selecionadas foram organizadas de maneira cronológica para contextualizar o visitante e proporcionar uma viagem no tempo. Primeiramente, foram escolhidas as fotografias que poderiam ilustrar a trajetória dessa escola, tendo em vista que, em 2025, quando o Produto Educacional foi implementado e analisado, o ETE Irmão Pedro celebrou seus 63 anos de história. Através de relatos e lembranças preservadas no acervo da instituição, é evidente que alunos e

professores se dedicaram em conjunto para manter viva essa narrativa. Por se tratar da história de uma escola voltada à educação profissional, é compreensível que este site possa enriquecer a memória e a história da instituição. Ademais, poderá servir como um recurso de consulta para futuros pesquisadores interessados na história de instituições escolares.

Isso sugere que, através das memórias deste PE, pode-se retornar ao passado, utilizando as imagens, as fotografias, os documentos e todo tipo de material visual a fim de compreender, conhecer, interpretar e contribuir com a história. Conforme relata Burke (1991):

Alguns historiadores têm proporcionado valiosas contribuições à nossa visão do passado - e do local em que nele está inserido o material visual - usando as imagens de uma forma sofisticada e especialmente histórica. (Burke, 1991, p. 237).

As imagens selecionadas para o Produto educacional são algumas memórias e histórias da fundação do Colégio Comercial Irmão Pedro e se reportam a um tempo vivido, diferente do atual. Observa-se esse tempo diferente, seja pelo tipo de vestimenta das pessoas na fotografia, seja pelo corte de cabelo utilizado na época, seja pela forma de se posicionar e organizar as pessoas ao produzir o retrato. Assim, do mesmo modo que o autor, percebe-se que [...] todo material do passado é potencialmente admissível como evidência para o historiador [...] (Burke, 1991, p. 237). Através das imagens no produto educacional, pôde-se preservar o valor da memória que, muitas vezes, passa despercebido em um mundo cada vez mais digital, onde o tempo parece líquido e tudo é tão rápido em se perder no tempo. Perder-se no sentido, no significado e às vezes no propósito. Quem vê o produto, desconhece o processo. Le Goff (1996) enfatiza:

Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permite compreender essa luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (Le Goff, 1996, p. 476).

Ao estudar o passado através da memória institucional, viu-se nascer uma história esquecida ou desconhecida.

5.1 Descrição Técnica do Produto Educacional

Origem do Produto Educacional: Histórias e Memórias ETE Irmão Pedro foi desenvolvido durante a pesquisa de mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Nível de ensino a que se destina: Educação Profissional e Tecnológica.

Área de conhecimento: Ensino.

Público-alvo: comunidade escolar.

Categoria deste produto: site virtual.

Finalidade: o Produto Educacional “Histórias e Memórias ETE Irmão Pedro” objetiva registrar a história e memórias desta instituição de ensino, desde a sua fundação até a década de 1980 por meio de fotografias e documentos.

Registro do produto: Será solicitado o registro de ISBN ao setor de publicações do IFRS.

Avaliação do produto: o produto foi avaliado pelos participantes ao final da aplicação do Produto Educacional, por meio de navegação no website. Ele também foi avaliado e validado pelos professores componentes da banca de defesa da dissertação de mestrado do ProfEPT.

Disponibilidade: irrestrita, garantindo-se o respeito de direitos autorais, não sendo permitida a comercialização.

Divulgação: digital.

Instituição envolvida: IFRS Campus Porto Alegre.

URL: Produto Educacional será acessível em: <https://sites.google.com/educar.rs.gov.br/histrias-e-memrias/in%C3%ADcio> e no repositório institucional.

Idioma: português.

Cidade: Porto Alegre.

País: Brasil.

Ano: 2025.

5.2 Descritivo do Produto Educacional

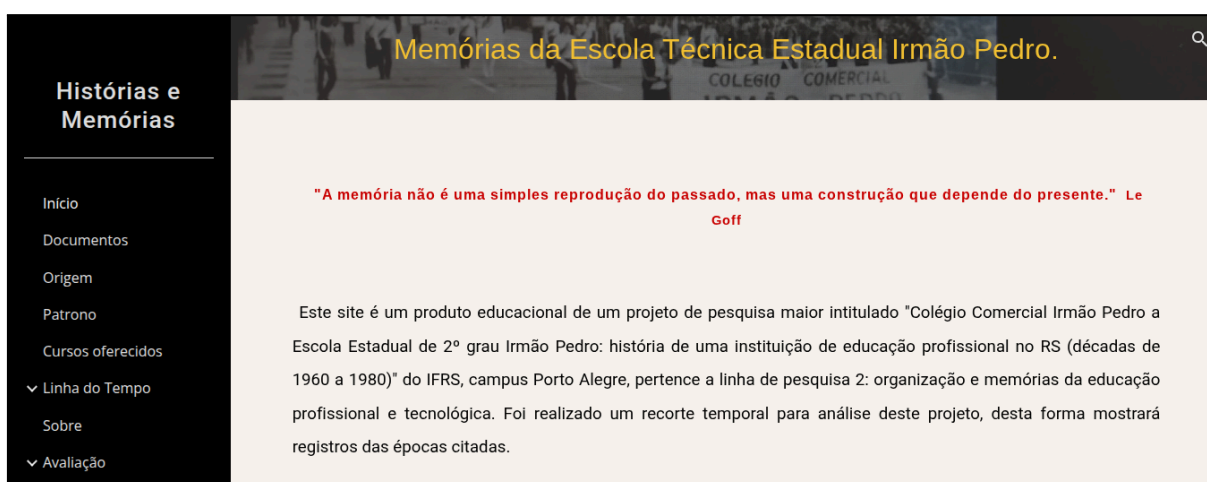
Apresento o texto descritivo do Produto Educacional: “Histórias e Memórias ETE Irmão Pedro”, disponível também pelo link: <https://sites.google.com/educar.rs.gov.br/histrias-e-memrias/in%C3%ADcio>.

Ao acessar o *site*, o visitante encontrará a “*homepage*” que o hospeda “Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro”, o qual está dividido em sete sessões: “Início”, “Documentos”, “Origem”, “Patrono” e “Cursos oferecidos”, “Linha do tempo”, “Sobre” . A visualização pode variar de um dispositivo para outro, por exemplo, dispositivo de acesso ou navegador utilizado. Nesse texto, as imagens apresentadas em quadros são capturas de tela, visualizadas em um computador com a utilização do navegador Google Chrome.

● PÁGINA INICIAL

Na página inicial (Figura 12) o visitante conhecerá o resumo do que contempla este Produto Educacional. No título, apresenta-se uma imagem de um desfile cívico com o nome da escola (Colégio Comercial Irmão Pedro). Há as categorias a serem exploradas pelo visitante, que direciona para as próximas sessões, a página continua delimitando as sessões no seu decorrer.

Figura 12 - Página inicial do *site* “Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro”



Fonte: elaborado pela autora (2025)

Ao continuar a visita no memorial virtual, na barra de rolagem da mesma página, o visitante terá acesso à apresentação do site e a um botão “Documentos”, em que constam ficha de inscrição, boletim de aproveitamento, é possível perceber o ano, endereço e nome da escola (Figuras 13 e 14).

Figura 13 - Seção “Documentos” do produto educacional.

Histórias e Memórias

- Início
- Documentos
- Origem
- Patrono
- Cursos oferecidos
- Linha do Tempo
- Sobre
- Avaliação

Ficha de inscrição aos exames de admissão em 1964 da aluna Marli Terezinha de Oliveira.

Boletim de Aplicação da aluna Sueli Maria Maciel da turma 72/N em 1964.

Caro aluno, este Boletim é o termômetro do teu aproveitamento escolar.

Abaixo consta o verso do boletim com...

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Figura 14 - Seção “Documentos” do produto educacional um boletim escolar.

Histórias e Memórias

- Início
- Documentos
- Origem
- Patrono
- Cursos oferecidos
- Linha do Tempo
- Sobre
- Avaliação

Abaixo consta o verso do boletim com respectivas disciplinas, meses, notas e faltas.

DISCIPLINAS	NOTAS DOS EXERCÍCIOS					M. FOM. P. E. S. S. O. B. A.	M. FOM. P. E. S. S. O. B. A.	FALTAS					TOTAL
	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto			Março	Abril	Mai	Junho	Agosto	
Português	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matemática	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
História	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Geografia	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciência	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arte	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Música	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ed. Moral e Cívica	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Religião	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mat. Ind. e Aplica.	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mat. de Contabilidade	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	0	0	0	0	0	0	0	0

HUBRIL DO PAI OU RESPONSÁVEL

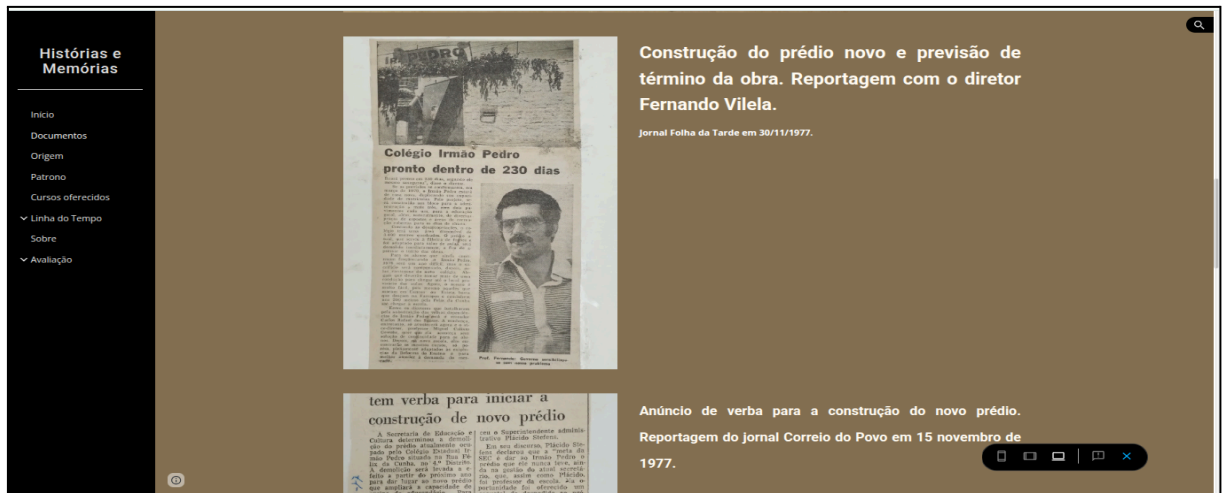
Abril _____ Agosto _____
 Maio _____ Setembro _____
 Junho _____ Outubro _____

DIRETOR

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Além dos documentos mencionados anteriormente, o visitante terá acesso a duas notícias de jornais em que é indicado o jornal e o ano de publicação (Figura 15).

Figura 15 - Jornais com notícias relacionadas à instituição de ensino.



Fonte: elaborada pela autora (2025)

A página continua apresentando o resumo do memorial, contendo imagens da fachada da escola em 1962 bem como a fachada com novo endereço da escola para a construção do novo prédio (Figura 16).

Figura 16 - Vista fachada da escola.



Fonte: elaborada pela autora (2025)

Na próxima página é possível conhecer o patrono da escola, com informações referentes à sua biografia (Figura 17).

Figura 17 - Informações sobre o patrono da escola.



Histórias e Memórias

- Início
- Documentos
- Origem
- Patrono
- Cursos oferecidos
- ▼ Linha do Tempo
- Sobre
- ▼ Avaliação

Quem foi Irmão Pedro?

O patrono da escola nasceu em 21 de janeiro de 1872, em Ledeberg, na Diocese de Gand na Bélgica. No batismo recebeu o nome de **Pierre Ferdinand Veys**. Foi aluno dos "Irmãos Lassalistas" na famosa Escola Saint-Luc de Gand, na Bélgica. Após diplomar-se como professor na Universidade de Louvain, foi para Bruxelas, onde exerceu o magistério durante 14 anos. Em 30 de dezembro de 1907, o Irmão Pedro chegou ao Brasil e naturalizou-se brasileiro. "Possuía registro de professor de Química e de História Natural. Irmão Pedro, além de ser um educador por excelência, foi também cientista e desportista de renome popular".

Escreveu dois livros de Estenografia pelo método "Duployé", ajudou a fundar o Sport Clube Internacional e, entre 1913 e 1920 foi juiz oficial dos Grenais. Exerceu o magistério em Porto Alegre e Canoas, onde faleceu em 23 de outubro de 1945, com 73 anos de idade.

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Continuando a visita no site percebe-se os cursos oferecidos e os que permanecem atualmente na instituição de ensino (Figura 18).

Figura 18 - Cursos oferecidos pela escola.



Histórias e Memórias

- Início
- Documentos
- Origem
- Patrono
- Cursos oferecidos
- ▼ Linha do Tempo
- Sobre
- ▼ Avaliação

Habilitação	Início	Término
Técnico em Contabilidade	1962	até os dias atuais
Técnico Assistente Administração	1963	1983
Técnico em Secretariado	1964	até os dias atuais
Técnico em Publicidade	1973	até os dias atuais
Técnico em Estatística	1973	1975
Técnico em Comercialização e Mercadologia	1973	1976

Fonte: elaborada pela autora (2025)

Na próxima seção, temos a linha do tempo com a indicação temporal das décadas delimitadas nesta pesquisa, que contém uma descrição breve dos motivos para delimitar esse período (Figura 19).

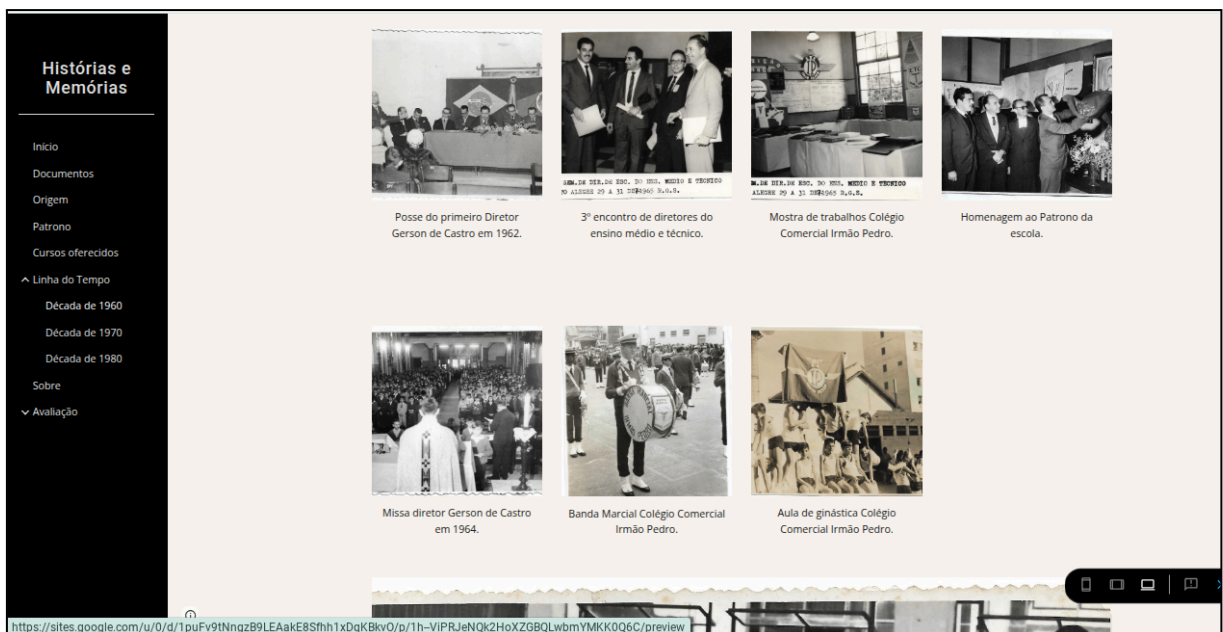
Figura 19 - Linha do tempo da escola.



Fonte: elaborada pela autora (2025)

O visitante ao selecionar a década de 1960, terá acesso às imagens com a legenda (Figura 20).

Figura 20 - Organização de imagens da década de 1960.



Fonte: elaborada pela autora (2025)

Ao selecionar a década de 1970, o visitante terá acesso às imagens com a legenda, como vemos na figura (Figura 21).

Figura 21 - Organização de imagens da década de 1970.



Fonte: elaborada pela autora (2025)

A linha do tempo será finalizada pelo visitante ao clicar na década de 1980, que terá acesso às imagens com a legenda (Figura 22).

Figura 22 - Organização de imagens da década de 1980.




Fonte: elaborada pela autora (2025)

Ao clicar na palavra “sobre”, o visitante será direcionado para a seção que

apresenta uma breve descrição dos dados da pesquisadora e de sua orientadora, bem como acesso ao currículo lattes de ambas (Figura 23).


Figura 23 - Informações sobre autoria do produto educacional.

(...) lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, "fazer" alguma coisa. O verbo lembrar-se faz par com o substantivo "lembrança". O que esse verbo designa é o fato de que a memória é "exercitada".



Karina E. da Rocha Miz

Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Possui Licenciatura Plena em Letras - língua portuguesa e respectivas literaturas pela UNIRITTER, com especializações em Gramática e Ensino pela UFRGS e em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFES. Atualmente é docente na Rede Pública do Rio Grande do Sul, lecionando língua portuguesa e redação publicitária nos cursos técnicos de contabilidade e publicidade. Atua também na educação básica, anos finais, no município de Alvorada (RS) e Gravataí (RS), com foco em língua portuguesa. Possui experiência em gramática, educação profissional e tecnológica com ênfase em




Maria Augusta Martiarena

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Pelotas (2001), Mestrado (2005) e Doutorado (2012) em Educação - linha de pesquisa Filosofia e História da Educação pela Universidade Federal de Pelotas e Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS e pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF. Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e atua como docente no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT (em rede). Tem experiência na área

Histórias e Memórias

- Início
- Documentos
- Origem
- Patrono
- Cursos oferecidos
- ▼ Linha do Tempo
- Sobre
- ▼ Avaliação



Fonte: elaborada pela autora (2025)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta dissertação e retomar o objetivo geral da pesquisa, que consiste em investigar a história da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro entre as décadas de 1960 a 1980, refletindo sobre seu papel na formação técnica e profissional no RS, acredito que este objetivo foi alcançado ao reunir e analisar documentos históricos, bem como registros institucionais que evidenciam a relevância da escola no contexto educacional da época. A pesquisa permitiu compreender como a instituição contribuiu para a importância do ensino técnico, acompanhando as transformações sociais e econômicas do período estudado. Além disso, possibilitou resgatar a memória de uma comunidade escolar que teve papel significativo na capital gaúcha.

Para atingir o objetivo proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Investigar o contexto histórico em que se dá a criação da instituição e a sua primeira alteração de nome, assim, a historicização realizada a partir do exame de fontes documentais, evidenciando que a fundação da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro está inserida em um momento de expansão da educação profissional no Brasil, impulsionada por políticas públicas que buscavam alinhar a formação técnica às necessidades do desenvolvimento industrial e econômico.

Entre as décadas de 1960 a 1980, o Rio Grande do Sul acompanhou esse movimento nacional com a implementação de políticas públicas voltadas à modernização do ensino técnico, especialmente durante o governo militar.

O período da história das ideias pedagógicas que se inicia no Brasil em 1969 ocorre em um contexto marcado pela chamada "Revolução de 1964". O termo "revolução" sugere uma ruptura, mas é importante investigar se realmente houve essa ruptura e, em caso afirmativo, em que nível e grau ela se manifestou. É fundamental, portanto, questionar quais foram as implicações dessa situação para a educação e para as ideias pedagógicas. Para tanto, será necessário destacar, de forma sucinta, os elementos que nos ajudem a entender as consequências do movimento de 1964 que resultou na ascensão dos militares ao poder (Saviani, 2007).

Coube ao Estado ocupar-se com a educação profissionalizante dos demais jovens das classes proletárias, assim a LDB 5692/71, que instituiu a

profissionalização compulsória, competência que bem pouco saiu do papel. Em curto e médio prazo,

todas as escolas públicas e privadas do então chamado Ensino de Segundo Grau deveriam tornar-se profissionalizantes. Elas teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. Caberia aos governos estaduais a implementação das medidas para que a profissionalização ocorresse (Saviani, 2007, p. 372)

Ao sistematizar e analisar os documentos presentes no acervo institucional, os quais tenham sido produzidos entre as décadas de 1960 a 1980, um dos autores utilizados na metodologia foi André Cellard que chama de “documentos públicos”, os arquivos públicos, em que compreende os arquivos escolares e os não arquivados, já que incluem os jornais, revistas, anúncios, circulares. Segundo Cellard (2008, p. 297) os “documentos arquivados” entendem-se que seja uma documentação guardada em um depósito de arquivos qualquer e que pode ser objeto de uma descrição, uma classificação, ou um tratamento concernente à conservação. Nesta perspectiva, Cellard afirma que é “impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja”. (Cellard, 2008, p.299)

É possível reconhecer que o percurso de pesquisa e criação do site da Escola Técnica Comercial Irmão Pedro representou muito mais do que o desenvolvimento de um produto educacional. Trata-se de um exercício de memória, identidade e pertencimento, que buscou estudar a trajetória da instituição e valorizar os vínculos afetivos construídos ao longo de décadas. O processo investigativo permitiu compreender a importância da preservação do acervo histórico escolar como expressão viva da cultura escolar, aproximando passado e presente em um diálogo significativo.

A elaboração do site evidenciou o potencial das tecnologias digitais para dar visibilidade à história das instituições de ensino, transformando registros dispersos em um acervo organizado, acessível e interativo. Nesse sentido, o produto educacional criado não apenas cumpre a função de registro histórico, mas também se configura como um espaço formativo, de valorização da memória coletiva e de fortalecimento do sentimento de pertencimento entre alunos, ex-alunos, professores e a comunidade escolar.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber que a história institucional ultrapassa o simples registro de fatos e datas. Ele envolve afetos, lembranças e identidades que dão sentido à existência da escola e de sua comunidade. Ao revisitar fotografias, documentos emergiu um mosaico de memórias que revelam o papel social e educacional da Escola Técnica Comercial Irmão Pedro na formação de gerações e na construção da história educacional de Porto Alegre.

Os resultados alcançados indicam que a metodologia adotada foi adequada para atender aos objetivos propostos. A pesquisa teórica e o levantamento documental ofereceram subsídios para a estruturação do site.

Como contribuição, a pesquisa oferece um modelo de valorização da memória escolar por meio de ferramentas digitais, que pode ser utilizado por outros pesquisadores. Além disso, destaca-se a relevância de ações que envolvam a comunidade na preservação de seu patrimônio histórico e fortalecendo a identidade coletiva no ambiente educacional.

Reconhece-se, contudo, que este estudo apresenta limitações. O acervo acessado não contempla a totalidade dos registros históricos da instituição, e o processo de digitalização e catalogação ainda poderá ser aprimorado. Para futuras pesquisas, será necessário explorar mais as estratégias de mediação digital da memória escolar e também organizar melhor os documentos encontrados, incluindo os livros que apresentam o sistema *Duployé* do Irmão Pedro.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa contribui não apenas para a valorização da história da Escola Técnica Comercial Irmão Pedro, mas também para o campo da Educação ao reafirmar o papel da escola como lugar de memória, afeto e formação humana. O site desenvolvido é, assim, uma expressão viva da continuidade — um ponto de encontro entre o que já foi e o que ainda será, entre lembranças que permanecem e novos significados que continuam a se construir.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. 103 p.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Tradução Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.
- AMARAL, Giana. **O acervo documental do museu do Colégio Municipal Pelotense e sua importância para a história da educação**. 2015
<https://doi.org/10.1590/2236-3459/58049>
- AMARAL, Giana Lange do (org.). **Museu do Colégio Municipal Pelotense: um espaço para a pesquisa, o ensino e a extensão (2004-2014)**. Pelotas: Educat, 2014.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: EDUSC, 2006. ISBN 8574603007.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Brasília: UNB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, 264p.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**. Editora Vozes, 2019.
- BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. **Percurso histórico do ensino profissional no Brasil**. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 21, n. 228, p. 52-69, 1 maio de 2021.
- BICA (BRASIL), Alessandro Carvalho; RODRIGUES (BRASIL), Tobias de Medeiros; GERVASIO (BRASIL), Simôni Costa Monteiro. **Tatu Magazine: os modos de ser e fazer do Repositório Digital Tatu**. *Revista História da Educação, [S. l.]*, p. e88290, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/88290>. Acesso em: 26 set. 2025.
- BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.
- BRASIL. Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências**. Retificada em 05 de junho de 1998.
- BRASIL. **Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Federal**. Brasília, Senado Federal, 1995.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Peter Burke (org). Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

- CASTRO, C. A.; PLÁCIDO, R. L., MEDEIROS, I. **Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico**. Metodologias e Aprendizado v. 6, 2023, p.516-533.
- CASTRO, C. A.; PLÁCIDO, R. L.; SCHENKEL, C. A. **História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional**. Revista Labor, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020.
- CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)**. Lamparina, 2009.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.
- DELLA FONTE, Sandra. **Formação No e para o trabalho PARA O TRABALHO**. Educação Profissional e Tecnológica em Revista, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 6–19, 2018. DOI: 10.36524/profept.v2i2.383. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>.. Acesso em: 12 out. 2024.
- ESCOLANO BENITO, Agustín (1994). **La investigación histórico-educativa y la formación de profesores**. Revista de Ciências de la Educación. no. 157. p. 55-69.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.
- FRANCA, Leonel (1931). **Ensino leigo, ensino religioso**. Rio de Janeiro, Schmidt.
- GATTI JÚNIOR, D. **História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas**. Revista Educação em Questão, [S. l.], v. 28, n. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4469>. Acesso em: 31 ago. 2024.
- GERTZE, Jurema Mazuhy. **Infância em perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre 1837-1880**.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro,2003.
- HESÍODO. **Os trabalhos e os dias**.Curitiba: Segesta, 2012.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções: 1789 - 1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 21.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- IANNI, Octávio. **O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil**. *Temas de Ciências Humanas*, nº10, 1981.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 4. ed. - São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

KUENZER, A. Z. (org.) (2007). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez.

LA SALLE, João Batista de, Santo. **Obras completas de São João Batista de La Salle**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2012. 4 v. em 6.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória/ Jacques Le Goff**. Tradução de Bernardo Leitão et. al.. 4.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEMME, Paschoal (2004). **Memórias de um educador**. 2.ed. Brasília, INEP. 5 vols.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores. Associados: HISTEDBR. Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR Centro Universitário Diocesano do Sudocste do Paraná (UNICS); Universidade Estadual Ponta Grossa, PR: de Ponta Grossa (UEPG). 2004 - Educação (Coleção Memória da Educação).

LOUZADA, Maria Cristina dos Santos. **Memórias e trajetórias de egressos das Escolas Normais Assis Brasil e São José em Pelotas/RS, no período do governo Leonel Brizola (1959-1963)**. Pelotas, 2018.

LUKÁCS, György. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. In: **Para uma ontologia do ser social: I**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2012. cap.4, p. 281- 422.

LUKÁCS, György. **O trabalho**. In: **Para uma ontologia do ser social: II**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013. cap.1, p. 41- 159.

MAGALHÃES, Justino. (1998). **Um Apontamento metodológico sobre a História das Instituições Educativas**. In SOUZA, C., CATANI, D. (orgs.) Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão docente. II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. São Paulo, Escrituras, 1998.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858**. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Capítulo VI inédito de O capital**. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. Volume I, livro primeiro, Tomo I (capítulos I a XII).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTAR, Leila Nesralla. **A modernidade de Porto Alegre: arquitetura e espaços urbanos plurifuncionais em área do 4º Distrito**. 2010. 354 f. Tese (Doutorado em

História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MAUAD, MARIA, Ana. **Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias**. EdUFF (Editora da Universidade Federal Fluminense). Rio de Janeiro, 2008.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições brasileiras: 1824**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. In: MUSAS. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n.4, 2009. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009. Disponível em: <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/musas4-compressed.pdf>

NÓVOA, Antonio. **A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português**. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p.11-31.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole S. A., 1993.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira. **Sobre águas revoltas : cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)**. Porto Alegre. PPGH/UFRGS, 2013. Tese (Doutorado em História).

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, FGV, v-3, n.3, p. 3-15, 1989.

QUADROS, Claudemir de. **As Brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)**. Santa Maria, RS: UFSM, 2003. 113 p. ISBN 857391033X

QUEIROZ, K. S.; SOUZA, F. das C. S. **O Ensino Técnico Federal Brasileiro no Limiar da Nova República: caminhos do PROTEC**. HOLOS, [S. l.], v. 3, p. 123–131, 2017. DOI: 10.15628/holos.2017.5771. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5771>. Acesso em: 31 mar. 2024.

RAGAZZANI, Dario (1999). **"Os estudos históricos-educativos e a história da educação"**. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval & Lombardi, José Claudinei (org.). História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, Autores Associados, HistEDBR, Pp. 19-3.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5).

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular , 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Breves considerações sobre fontes para a história da educação**. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, história e historiografia da educação. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 01-12.

SILVA, Barbara Virginia Groff. **Educação patrimonial em sala de aula: cinquenta anos da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro**. 2012, Porto Alegre\RS.

SILVA, Marco Antônio Medeiros. **A última revolução: o Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959 – 1963**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUC, 2015.

STEPHANOU, Maria (1990) [Dissertação]. **Forjando novos trabalhadores : a experiência do ensino técnico-profissional no Rio Grande do Sul : 1890-1930**.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

VINÃO FRAGO, Antonio (1995). **Historia de la Educación e Historia Cultural: posibilidades, problemas, cuestiones**. Revista Brasileira de Educação. no. 00. Set/Out/Nov/Dez. pp. 63-82.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; Sá Britto, Lenir Marina Trindade de; Merlo Colau, Cinthia. **Espaço Escolar e História das Instituições Escolares** Revista Diálogo Educacional, vol. 7, núm. 22, septiembre-diciembre, 2007, pp. 147-163 Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO GOOGLE FORMS AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL



Avaliação do site "Histórias e Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro".

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) do questionário avaliativo sobre o produto educacional intitulado "Histórias e Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro". Este produto faz parte de uma pesquisa de mestrado sob responsabilidade de Karina Elisa da Rocha Miz e orientada pela Prof^a. Dra. Maria Augusta Martilarena, ambas do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do IFRS - câmpus Porto Alegre.

Os benefícios relacionados à sua participação na pesquisa são indiretos, considerando que o levantamento documental e a avaliação do produto, objetivam a construção da história sobre o período de fundação da escola em 1962 até a década de 1980, na perspectiva da cultura escolar, com a elaboração do produto educacional intitulado "Histórias e Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro", fortalecendo o registro da educação profissional e tecnológica e da história da instituição.

Sua identidade será tratada com sigilo e todos os dados coletados serão apenas para fins de avaliação do produto educacional, não haverá publicação de informações que possam identificá-lo como participante desta pesquisa. Os riscos associados a este questionário são mínimos, pois se você se sentir constrangido e desconfortável para emitir sua opinião ao responder esse questionário, pode encerrar sua participação a qualquer momento. As respostas serão analisadas em termos globais e você não será identificado individualmente. A sua participação é voluntária.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos: i) você responde o questionário se quiser, podendo a qualquer momento se recusar a responder as perguntas; ii) você pode deixar de participar da pesquisa em qualquer momento sem precisar de justificativa para isso.

Desde já, agradecemos sua participação!

* Indica uma pergunta obrigatória

*

Concordo em responder o questionário.



Avaliação do site "Histórias e Memórias da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro".

Questionário referente ao site

1. O site possui linguagem acessível?

Sim

Não

2. O site aborda temáticas importantes sobre a instituição de ensino?

Sim

Não

3. O site oferece informações sobre os fundadores e pioneiros da escola?

Sim

Não

4. Há uma linha do tempo perceptível aos principais acontecimentos históricos?

Sim

Não

5. O conteúdo é estruturado e organizado?

Sim

Não

6. O conteúdo é relevante para conhecer o itinerário histórico da escola?

Sim

Não

7. É possível conhecer a trajetória do patrono da escola?

Sim

Não

8. As fotografias transmitem tom nostálgico? As imagens demonstram a importância da equipe diretiva e dos professores ao longo das décadas citadas?

Sim

Não

9. A escola, no presente ano, completa 63 anos de existência, o site demonstra a importância da mesma?

- Sim
- Não

10. É possível verificar a importância histórica através dos documentos, tais como: as notícias de jornais, diplomas, convites de formatura, certificados, boletins, etc.?

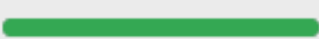
- Sim
- Não

11. Se assim desejar, deixe alguma mensagem ou contribuição sobre a pesquisa para a pesquisadora.

Sua resposta

[Voltar](#)

[Enviar](#)

 Página 2 de 2

[Limpar formulário](#)

ANEXO A – REGISTRO IMOVEIS 1º ZONA DE PORTO ALEGRE

PROA Processos Administrativos e-Gov

2519000033713

126.134 MATRÍCULA

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª ZONA - P. ALEGRE
LIVRO Nº 2 — REGISTRO GERAL

FLS. MATRÍCULA
1 126.134

PORTO ALEGRE, 14 de Maio de 1997

IMÓVEL: A casa sob número 515 da rua Felix da Cunha, com suas dependências, benfeitorias, instalações e o respectivo terreno, de configuração irregular, localizado junto ao prédio número 529 da rua Felix da Cunha, medindo 7m70 de frente a leste à rua Felix da Cunha, por 68m00 de extensão da frente ao fundo, em linha reta, na face sul, onde limita com o prédio número 529 já referido, pertencente a Herman Alexandre Waldon e, em parte, com os fundos do prédio 1.820 da rua Cristóvão Colombo, pertencente ao doutor Henrique Turdex; 67m00 de largura nos fundos, em linha reta, na face oeste, paralela à rua Felix da Cunha, limitando-se com os fundos dos prédios 558, 556, 544, 528, 526, 508 e 502 da rua Visconde do Rio Branco, pertencentes a Regina da Silva Schmitt, Leocadia de Mello Guedes, Clotilde J. de Alencastro, Regina Liotto, Alvaro José de Alencastro, Luiza Carlota Sala e José Fenner, respectivamente, sendo a divisa do lado norte, formada por uma linha quebrada, composta de 5 retas, assim caracterizadas: a primeira a partir do alinhamento da rua Felix da Cunha, em paralelo ao sul, mede 44m00 e divide com os prédios de n.ºs 501, 503, 509, 511 da rua Felix da Cunha; a segunda formando ângulo reto com a primeira inflete para o norte, na extensão de 61m00, dividindo com os fundos do imóvel dos prédios de n.ºs 501, 503, 509, 511 da rua Felix da Cunha, mais com os fundos do prédio número 495, de Heitor Bittencourt, do n.º 497 de Euclides da Rocha Faria, 475 de João Schill, 465 de Luiz Carlos Prevosti; a terceira, formando ângulo reto com a segunda, flexiona para oeste, na extensão de 20m00, dividindo o terreno descrito com o prédio número 459 da rua Felix da Cunha, pertencente a Tedato Silveiro; a quarta, forma novo ângulo reto com a terceira retomando a direção norte, na extensão de 6m60, dividindo o terreno com os fundos do mesmo prédio 459 e a quinta forma novo ângulo reto com a quarta, flexionando para oeste, na extensão de 3m50, até atingir a divisa dos fundos e divide o terreno com o prédio número 285 da rua Santa Rita, pertencente a João Zalusky.-Bairro: Floresta.-
Proprietário: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, representado pelo procurador fiscal Alfredo Vitorio Panazzolo.-
Origem: 3-CR fls. 121 n.º 79.656 datada de 30.10.1962.-
o escr. autorizado.-

0469.01.0800001.19037
R\$ 0,20
0469.01.0800001.19038
R\$ 0,20

CONTINUA DO VERSO

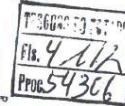
19/02/2025 09:55:01 SE/01CRE-ADM/487648201 PARA INFORMACOES 5

ANEXO B – REGISTRO DE IMÓVEIS - TERMO DE DESAPROPRIAÇÃO



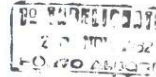
25190000033713

NO
- TALÃO N.º 1965 3-CR.fl.s.121 nº 79655 P.º 47
30.10.62



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO



REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1.ª ZONA - PÓRTO ALEGRE

Certifico que, à fls. 121 do livro 3-CR, foi registrada sob nº 79655, uma escritura de desapropriação amigável, lavrada em 24 de outubro de 1962, no 7.º tabelionato desta cidade, relativa aos prédios nºs 501,503,509 e 511 da rua Felix da Cunha, e o respectivo terreno, que mede 11m96 de frente à dita rua, por 4m20 de frente ao fundo.-Bairro Floresta.-

Aquirente = ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.-

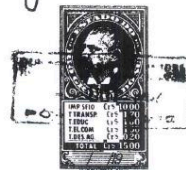
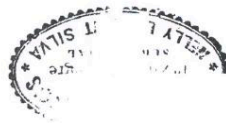
Transferente = Cunha, Moacyr Sociedade Anônima, Indústria e Comércio, com sede nesta cidade.-

Valor = Cr\$13.211.523,10, com outro imóvel.-

Procedência = 3-CJ.fl.s. 274 nº 74400.-

Pórtio Alegre, 30 de outubro de 19 62

Nelly Laurent Silva
Subscrita em pleno exercício



BRAS
FOLHA Nº 1 VRO.

ANEXO C – TERMO DE APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL- IFRS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Colégio Comercial Irmão Pedro a Escola Estadual de 2º grau Irmão Pedro: história de uma instituição de educação profissional no RS (décadas de 1960 e 1980).

Pesquisador: KARINA ELISA DA ROCHA MIZ

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 91116025.2.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.809.909

Apresentação do Projeto:

O projeto "Colégio Comercial Irmão Pedro a Escola Estadual de 2º grau Irmão Pedro: história de uma instituição de educação profissional no RS (décadas de 1960 e 1980)" procura elaborar "um site institucional, traçando as memórias da instituição de ensino" do bairro Floresta de Porto Alegre e "um formulário no google forms para avaliação do site com integrantes da equipe diretiva e demais professores".

Objetivo da Pesquisa:

"O objetivo geral da pesquisa consiste em investigar a história da Escola Técnica Estadual Irmão Pedro entre as décadas de 1960 e 1980, refletindo sobre seu papel na formação técnica e profissional no RS".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos: como possibilidade de constrangimento ao responder o questionário, desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo, cansaço ao responder às perguntas, quebra de anonimato".

"Benefícios: benefício direto, como a valorização da história da instituição em que essas

Endereço: Rua General Osório, 348, 4º andar, sala 401
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3334 **Fax:** (54)3449-3300 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL- IFRS



Continuação do Parecer: 7.809.909

pessoas fazem parte e sua própria participação nessa instituição, por isso a importância da sua participação".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- 1) O estudo é nacional;
- 2) A pesquisa é parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica do ProfEPT do IFRS/POA;
- 3) Tipo de fomento: próprio;
- 4) Tamanho da amostra: 10 participantes (maiores);
- 5) Previsão de início e término da coleta de dados: 01/09/2025 a 12/09/2025;
- 6) Tipificação da Pesquisa conforme 674/22: A3 - Estudos que não envolvem intervenção no corpo humano.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados e estão de acordo com as normativas éticas.

Recomendações:

Embora a avaliação de riscos apresentada esteja adequada recomendamos atenção à possível mobilização de emoções e lembranças ao avaliar registros históricos objetos do projeto.

Considere também

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Considerações Finais a critério do CEP:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Endereço: Rua General Osório, 348, 4º andar, sala 401
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3334 **Fax:** (54)3449-3300 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL- IFRS



Continuação do Parecer: 7.809.909

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2613057.pdf	08/08/2025 17:28:08		Aceito
Outros	Termo_autorizacao.pdf	08/08/2025 17:27:17	KARINA ELISA DA ROCHA MIZ	Aceito
Outros	TCUDassinado.pdf	08/08/2025 17:17:50	KARINA ELISA DA ROCHA MIZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termodeconsentimentolivreeseclarecido.pdf	08/08/2025 17:14:30	KARINA ELISA DA ROCHA MIZ	Aceito
Folha de Rosto	SCN_20250804_182249_assinado.pdf	05/08/2025 07:52:52	KARINA ELISA DA ROCHA MIZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	04/08/2025 16:20:11	KARINA ELISA DA ROCHA MIZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 01 de Setembro de 2025

Assinado por:
SHANA PAULA SEGALA MIOTTO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Osório, 348, 4º andar, sala 401
Bairro: CENTRO **CEP:** 95.700-086
UF: RS **Município:** BENTO GONCALVES
Telefone: (54)3449-3334 **Fax:** (54)3449-3300 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br